

**UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA**

MEIRIANE JORDÃO DA SILVA

**AMBIÊNCIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA EDUCAÇÃO DE
ENFRENTAMENTO AO RACISMO: UM ESTUDO DE CASO NA
ESCOLA ESTADUAL AZARIAS LEITE BAURU - SÃO PAULO**

BAURU

2019

MEIRIANE JORDÃO DA SILVA

**AMBIÊNCIA DE APRENDIZAGEM PARA EDUCAÇÃO DE ENFRENTAMENTO AO
RACISMO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL AZARIAS LEITE
BAURU - SÃO PAULO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mídia e Tecnologia, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação Unesp - Campus de Bauru, como requisito para obtenção do título de Mestre, sob orientação do Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier.

BAURU

2019

S586a

Silva, Meiriane Jordão da

AMBIÊNCIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM
PARA EDUCAÇÃO DE ENFRENTAMENTO AO
RACISMO:UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA
ESTADUAL AZARIAS LEITE BAURU-SÃO PAULO /
Meiriane Jordão da Silva. 2019.124 fl.

Orientador: Juares Tadeu de Paula Xavier.

Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Arquitetura, Artes e comunicação, Bauru
2019.

1. Ambiência. 2. Educação. 3. Racismo. 4.
Tecnologias Digitais.5. Currículo do Estado de São
Paulo.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MEIRIANE JORDAO DA SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 28 dias do mês de março do ano de 2019, às 14:00 horas, no(a) Sala do Erapí da FAAC, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER - Orientador(a) do(a) Departamento de Comunicação Social / UNESP/FAAC-Bauru, Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI do(a) Departamento de Comunicação Social / FAAC-UNESP-Bauru/SP, Profa. Dra. MARIA VALERIA BARBOSA do(a) Departamento de Sociologia e Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/Campus de Marília, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MEIRIANE JORDAO DA SILVA, intitulada *Ambiência de aprendizagem para educação de enfrentamento ao racismo: um estudo de caso na Escola Estadual Azarias Leite Bauru - São Paulo*. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Azulada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Prof. Dr. JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER


Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI


Profa. Dra. MARIA VALERIA BARBOSA

À minha mãe que mesmo não estando aqui fisicamente me acompanha em todas as conquistas da minha vida. Te amo.

AGRADECIMENTOS

A meus pais Rubens e Analice a minha irmã Mariana que me deram todo o suporte para que eu possa estar aqui.

Agradeço a meus amigos que mesmo com todas as neuras me ajudaram a me manter firme e mesmo com tanto choro sempre me tiraram sorrisos em meio a minha defesa.

Minha amiga Adaia que me ajudou, ouviu, apoiou.

Minha nova família NeoCriativa em particular a Ana Carolina e Lorenzo e que em momentos de medo me ajudaram com as palavras de apoio e atenção.

Ao meu orientador Prof^o Dr^o Juarez que me ajudou a saber a nunca desistir mesmo quando eu achava que não poderia mais ele me fez entender que o mais sou eu que defino.

Patrícia pelas palavras sábias em todo momento em que me ensinou que quando uma mulher negra se movimenta ela movimenta toda a pirâmide social.

A minha madrastra Luzia que se mostrou uma mãe nos meus momentos de aflição

A todos que me acompanharam para que assim e que me ajudaram a chegar até aqui.

Unesp que me fez sentir o que é a Universidade pública e gratuita e como entender esse espaço coletivo.

EPÍGRAFE

“Para nós, pesquisadoras negras e pesquisadores negros, a chamada "neutralidade axiológica" é uma fábula. Pesquisamos com as digitais das nossas histórias e da nossa ancestralidade, para que, num futuro próximo, mais do que oportunidade, tenhamos direito à liberdade de escolha!”

Juarez Tadeu de Paula Xavier

RESUMO

A pesquisa analisa a ambiência (gestão de pessoas, processos e plataformas) para a Educação para as relações étnico raciais na Escola Estadual Azarias Leite Bauru (SP), baseada na Lei Nº 10.639/03, que altera o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN 9394/1996, e dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro brasileira e africana na educação básica. As referências bibliográficas ajudaram a problematizar as questões sobre: Educação, Educação para relações étnico raciais, racismo, racismo institucional, ambiência, ambiência escolar, tecnologias de comunicação e Escola. Neste projeto foram realizadas entrevistas com perguntas diretas para professores e professoras que atuam nas salas de aula, leitura de diário de sala - para analisar o processo de ensino proposto para a criança e o adolescente -, observação da utilização do material didático e da rotina escolar para estabelecer conectividade com a legislação, e explorar as questões que norteiam as dificuldades relatadas sobre a falta de orientação para a abordagem do currículo de ensino e aprendizagem para a Educação para relações étnicas raciais positivas. Esta pesquisa foi importante para trazer a realidade vivenciada dentro da escola pública Azarias Leite e como a ambiência escolar e as consequências da falta de políticas públicas voltadas a elaboração de temáticas da cultura negra na escola como fonte de ensino e aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVES: Ambiência. Educação. Racismo. Tecnologias Digitais. Currículo do Estado. Escola Estadual Azarias Leite.

ABSTRACT

The research analyzes the ambience (people management, processes and platforms) for Education for racial ethnic relations at the State School Azarias Leite Bauru (SP), based on Law N° 10.639 / 03, which changes the article 26-A of the Law of Guidelines and Bases of National Education - LDBN 9394/1996, and provides for the obligation of teaching history and Afro-Brazilian and African culture in basic education. The bibliographical references helped to problematize the questions on: Education, Education for ethnic racial relations, racism, institutional racism, ambience, school environment, communication technologies and School. In this project, interviews were conducted with direct questions for teachers who work in the classrooms, reading classroom diary - to analyze the proposed teaching process for the child and the adolescent - observation of the use of didactic material and school routine to establish connectivity with legislation, and explore the issues that guide the reported difficulties about the lack of orientation to the curriculum approach of teaching and learning to Education for positive racial ethnic relations. This research was important to bring the reality lived within the public school Azarias Leite and how the school environment and the consequences of the lack of public policies aimed at the elaboration of themes of the black culture in the school as a source of teaching and learning.

KEYWORDS: Ambience. Education. Racism. Digital Technologies. States Curriculum. State School Azarias Leite.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1. INTRODUÇÃO.....	15
2. METODOLOGIA.....	22
2.1 Caracterizando a Pesquisa.....	24
3. RACISMO.....	28
3.1 Racismo Estruturado e Institucionalizado.....	28
3.2 Racismo na educação e seu enfrentamento.....	35
4. AMBIÊNCIA.....	45
4.1 A ambiência como espaço físico e de interações.....	45
4.2 A ambiência no espaço de educação.....	46
5. ESCOLA.....	57
5.1 A escola como instituição social.....	57
5.2 Escola e a questão étnico-racial.....	59
5.3 A escola como um espaço de possibilidade.....	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
ANEXOS.....	78
APÊNDICES.....	104
BIBLIOGRAFIA.....	120

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FIGURA 1.....	27
FIGURA 2.....	28
FIGURA 3.....	44
FIGURA 4.....	45
FIGURA 5.....	63
FIGURA 6.....	63
FIGURA 7.....	64
FIGURA 8.....	65

LISTA DE QUADRO

INFOGRÁFICO

1.....	60
--------	----

PROLOGO

Desde 2011, sou professora na rede pública estadual de ensino. Como professora categoria O¹, trabalho em diversas escolas estaduais de Bauru, nas quais o vínculo com a unidade dura somente um ano. São 12 meses para construir relações entre estudantes, corpo docente, coordenação, direção e comunidade, com a possibilidade dessas relações serem interrompidas a qualquer momento caso os professores efetivos retornem ao cargo. Mesmo em condição de instabilidade profissional, o proposto para os professores categoria O é o trabalho do Currículo obrigatório do Estado com o aluno, controle de sala de aula, domínio do conteúdo para o corpo docente e coordenação. O professor “Categoria O” é analisado o tempo todo na unidade escolar.

Durante os três anos que lecionei na Escola Estadual Azarias Leite, nenhum professor categoria “O” foi efetivado; eu fui a docente que ficou mais tempo contratada na unidade. Observa-se, com isso, que a função do professor categoria “O” é temporária e desvalorizada, pois não há tempo para estabelecer relações de segurança que permitam intervenção efetiva nas atividades pedagógicas e acompanhamento necessário para o desenvolvimento do estudante.

As relações que constituem a importância da docência e de sentir-se pertencente ao espaço também fazem parte do ambiente escolar, pois, “o importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se ‘amarrar nela!’”².

Relato, a seguir, os fatos que serviram de inspiração problematizadora para este trabalho, tendo como ponto de partida minha experiência com a educação básica.

Durante as aulas ministradas dentro do sistema básico de ensino notei a ausência do debate sobre a questão racial e a diversidade em sala de aula. Professora negra em uma escola pública, deparei-me várias vezes com um currículo que não valoriza a presença da cultura afro brasileira na formação do

¹ São os professores contratados pela LEI COMPLEMENTAR Nº 1.093, DE 16 DE JULHO DE 2009.

² Trecho do poema “A Escola” Paulo Freire. Disponível em: < <http://www.rizoma-freireano.org/a-escola-paulo-freire> >

Brasil. A ausência da abordagem positiva na temática racial não me saltou aos olhos apenas por minhas práticas profissionais. Significa também a subtração de informações sobre o que a África e seus descendentes imprimiram e imprimem na constituição da nossa brasilidade através de seus valores civilizatórios presentes no processo histórico, social e cultural³. O único conteúdo vinculado a este assunto nas aulas sempre foi o escravismo e a vinda dos negros da África até América. Vale salientar que o papel da escola como um espaço que reconhece e respeita as diversidades culturais está comprometido também pela falta de estrutura didática sobre assuntos que envolvem as temáticas, tornando o trabalho ainda mais difícil.

Com a implementação de um currículo único⁴, fica perceptível a dificuldade em atuar profissionalmente como se os estudantes não vivessem em diferentes realidades: como se fosse possível conviver sem compreender as particularidades de cada pessoa. Apresentei a questão na Escola Estadual Azarias Leite, sob a direção do ano de 2011, e alguns colegas, diretores e coordenadores me deram autonomia para entrar nos debates raciais, sobre diversidade, e ministrar aulas que tinham como principal ferramenta a liberdade de expressão.

Ao abordar a pluralidade cultural a relação de estrutura do currículo é ainda mais complexa. Nota-se que não há um diálogo com a diversidade⁵. O desafio da escola é constituir-se como um espaço de resistência. Isto é, a criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais. O espaço de processo educativo como prática social, recebe os sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem (professores e educandos) e, com eles, deve rejeitar o condicionamento que nega a diversidade de saberes da existência humana. Saberes e fazeres construídos como tecnologias sociais de intervenção na realidade.⁶

Como o meu cargo não é efetivo, meu trabalho como educadora sofre diversas interrupções. Ao passo que consigo avançar nas discussões sobre raça,

³ “Valores Civilizatórios Afro-brasileiros na Educação” – Azoilda Loretto da Trindade – disponível em <<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Valores%20civilizat%C3%B3rios%20afrobrasileiros%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil%20-%20Azoilda%20Trindade.pdf>>.

⁴ Um currículo que não diferencia a realidade de cada unidade escolar e do meio em que está inserido, tratando a todos como se tivesse a mesma base de ensino.

⁵ Citação sobre a Diversidade Cultural da Unesco Disponível em :<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf> . Acessado em 25 de janeiro de 2019, às 23:30.

⁶ “Comunicação ou Extensão” – pg 19 Paulo Freire – Paz e Terra – 1983 - RJ

gênero e classe, quando começo a quebrar as barreiras - sejam religiosas ou de preconceito sobre as temáticas -, meu contrato chega ao fim e com ele o encerramento do trabalho de inserção do universo cultural afrodescendente.

A partir dessa perspectiva, como trabalhar a lei 10.639/03 dentro da sala de aula, com a proposta curricular que temos acesso?

No ano de 2017 ingressei no Programa de Mestrado profissional em Mídia e Tecnologia “Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT)” da Universidade Estadual Paulista (UNESP), pertencente à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC). Iniciei o contato com as referências bibliográficas e reflexões atualizadas imprescindíveis para a problematização de minha atuação profissional como docente em uma realidade de permanente mudança, onde informações podem se tornar conhecimento transformador com impacto direto na vida de cada pessoa. Todas as experiências acadêmicas vivenciadas e aprendidas – teóricas e práticas - foram fundamentais para o amadurecimento do pensar sobre minha pesquisa, que a todo momento trouxe a necessidade de compreender os desafios que tem a Educação (do ensino Básico ao Superior) inserida num contexto de racismo institucional⁷. E como é possível a construção de uma ambiência de enfrentamento as práticas racistas.

À volta para o ambiente acadêmico se deu por um contato com o Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier, que me incentivou a retomar os estudos por meio do Núcleo de Estudos e Observação em Economia Criativa– o NeoCriativa⁸. Foi o que me fez ter perspectiva de que minha formação deveria ser continuada no mestrado

⁷ O termo racismo institucional foi cunhado e divulgado pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, em 1967. Refere-se ao nível político-programático das instituições, a ações amplas, voltadas à coletividade, cujo impacto no sujeito é posterior à ação maior, como consequência desta. Em outros termos, às prioridades e escolhas de gestão que privilegiam ou negligenciam determinados aspectos, infligindo condições desfavoráveis de vida à população negra e indígena e/ou corroborando o imaginário social acerca de inferioridade dessa população, e, na contramão, atua como principal alavanca social para os(as) brancos(as). A prática de racismo institucional pode ser considerada a principal responsável pelas violações de direitos dos grupos raciais subalternizados. Efetivada em estruturas públicas e privadas do país, essa prática é marcada pelo tratamento diferenciado, desigual. Indica, pois, a falha do Estado em prover assistência igualitária aos diferentes grupos sociais. Disponível em RELAÇÕES RACIAIS REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS), P.49 Brasília: CFP, 2017.

⁸ Núcleo de Estudos e Observações em Economia Criativa. O NeoCriativa iniciou seu processo de prospecção no primeiro semestre de 2011 e foi cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão em 2012. Desde então é um grupo de estudos inspirado no conceito de “Círculo de Cultura”, desenvolvido pelo educador Paulo Freire (1967, 1987, 2006). O grupo mapeia arranjos criativos nas quatro vertentes da economia criativa - música, mídia, patrimônios material e imaterial, e inovações técnicas.

profissional. O NeoCriativa me trouxe entusiasmo com a pesquisa, pois me inseri em um núcleo de estudos no qual posso encontrar pessoas que compreendem a necessidade de um debate entre pessoas negras e não negras para um diálogo sobre Bauru. A pesquisa me ajudou a expor a realidade da educação na cidade, e, em particular, na Escola Estadual Azarias Leite.

Todos os debates em grupo e as reuniões de orientação fomentaram o interesse em estudar a Lei que regulamenta o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana na escola, que se apresentou como possibilidade de enfrentamento a perversidade do racismo institucional dentro do ambiente escolar. O desejo e a necessidade da pesquisa se entrelaçaram, pois minha atividade profissional não poderia mais prescindir da investigação sobre a gestão dos processos, das pessoas e das plataformas que fazem as engrenagens do espaço escolar reproduzir informações (alienação) ou produzir conhecimentos (autonomia), bem como minhas memórias de estudante estavam solicitando que eu me apropriasse delas com a devida consciência de mulher negra.

No meu processo de formação na educação básica, sempre tive minha imagem de criança negra fora dos padrões estéticos. Era constantemente alvo de ofensas agressivas como: gordinha, feia, negrinha do cabelo duro, “bombril”. O estudo sempre foi o principal foco. Meus pais sempre lutaram para que o meu acesso à educação fosse de qualidade, mas escutava de algumas professoras e professores que nunca ia conseguir – reproduzindo estereótipos que compõem o imaginário social brasileiro acerca da pessoa negra.

Em um reencontro da minha turma da escola, em 2015, por exemplo, revivi algumas experiências que antes não conseguia configura-las como racismo e, a partir daquele momento, fui capaz de objetiva-las como práticas racistas.

Estudar a Lei Nº 10.639/03 e a diversidade é uma necessidade para enfrentar o racismo institucional. Esta pesquisa, aborda o enfrentamento racial dentro da ambiência escolar.

1 INTRODUÇÃO

Os desafios da realidade vivida por professores e estudantes da rede pública de ensino estadual motivaram a realização dessa pesquisa que analisa a ambiência (gestão de pessoas, processos e plataformas) na Educação para as relações étnico raciais na Escola Estadual Azarias Leite - Bauru (SP), baseada na Lei Nº 10.639/03, que altera o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN 9394/1996, e dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro brasileira e africana na educação básica. A dissertação problematiza o espaço formal de ensino – escola – e suas potencialidades como ambiência de promoção de ações de intervenção positiva capazes de interromper as práticas racistas no enfrentamento ao contexto de racismo institucional.

A experiência profissional desta pesquisadora permite a proximidade com o universo observado e com o tema educação para as relações étnico raciais, possibilitando que o recorte da pesquisa reflita de maneira significativa no contexto da Educação. A abordagem da questão racial feita de forma pontual compromete uma perspectiva de formação integral, como afirma a educadora Georgina Helena Lima Nunes:

Na avaliação das escolas, trabalhar na forma de projetos tendo como tema gerador a diversidade étnico-racial esbarra em limites estruturais, tais como carga horária, materiais didáticos disponíveis e formação acadêmica mais crítica. É manifestado um desejo muito grande de que tais práticas sejam possíveis, de que os entraves que se apresentam sejam ultrapassados, porque existe a compreensão de que os conteúdos como fim que se encerra em si mesmo são insuficientes para uma educação voltada para a formação humana na sua plenitude. (LIMA, 2006, p.347)

Compreender tais limites estruturais, que compõem a ambiência para ensino e aprendizagem, e como se processam é tarefa importante neste trabalho.

No Programa de Mestrado Profissional em Mídia e Tecnologia – FAAC/UNESP, como *locus* de formação e produção de saberes, o contato com as produções científicas de pesquisadores da educação e tecnologia, tais como: Angela

Davis, Carlos Rodrigues Brandão, Eliana dos Santos Cavalleiro, Jessé de Souza, João Ribeiro Jr, Juarez Tadeu de Paula Xavier, Maria Immacolata Vassallo, Mario Sergio Cortella, Patricia Alves Matos Xavier, Paulo Freire, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, foi fator determinante para ampliar a reflexão sobre o racismo no Brasil e suas fundamentações, além da reflexão a cerca do uso dos dispositivos tecnológicos de informação comunicação presentes no ambiente escolar na potencialização de práticas educativas transformadoras. E, nesse sentido, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) amplia nosso olhar para o uso das tecnologias como instrumento para sujeitos atuantes em sociedade:

Uma das áreas de maior prioridade da UNESCO em Comunicação e Informação (CI) é a promoção do uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) para o desenvolvimento econômico e social. Os avanços tecnológicos em comunicação e informação devem ser apropriados pela sociedade para facilitar a modernização da gestão do Estado, a participação nas decisões e a inclusão social. Para atingir tal fim, a UNESCO incentiva a capacitação para o uso responsável e eficiente de TICs na administração pública, na oferta de serviços públicos e na formação continuada de gestores e tomadores de decisão. (UNESCO-BRASIL, 2016).

Como uso responsável no âmbito da Educação, as tecnologias são alinhadas ao paradigma da sociedade do conhecimento, que se caracteriza pelos princípios da diversidade e da integração de saberes e fazeres, por meio da harmonia de estratégias entre a gestão da sala de aula, recursos técnicos e das áreas de conhecimento. O processo de ensino e de aprendizagem se efetiva pela valorização dos conhecimentos prévios e dos conhecimentos construídos coletivamente, devidamente mediados por situações problematizadoras e plataformas auxiliares de conteúdo.

Nesta dissertação será retratada a realidade das turmas do segundo (2º A) e terceiro ano (3º A) do ensino médio na Escola Estadual Azarias Leite em Bauru, captada através da observação presente em sala de aula na disciplina de História. O diário de bordo foi utilizado como recurso metodológico com anotações da pesquisadora sobre os conteúdos trabalhados pelos professores durante as aulas e pesquisa qualitativa (entrevistas) com os professores das turmas. O contato com o

Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, também considerado neste trabalho, é anterior a esta pesquisa devido a presença desta pesquisadora como docente na escola.

No diário de bordo ficaram registrados os efeitos percebidos e que permanecem dentro do ambiente de sala de aula, espaço onde os estudantes permanecem a maior parte do tempo quando estão na escola. Tendo a sala de aula como um ambiente de ensino e aprendizagem (na realidade observada), a pesquisa considera importante as estratégias de produção e construção de conhecimentos de sujeitos autônomos, que junto com seus docentes recusam as práticas de alienação que informam e/ou reforçam estereótipos prejudiciais ao processo de conhecimento do outro e de autoconhecimento. Ana Célia da Silva em sua pesquisa sobre “A discriminação do negro no livro didático” explica como se desenvolve esta idéia:

O estereótipo é uma visão simplificada e conveniente de um indivíduo ou grupo qualquer, utilizada para estimular o racismo. Ele constrói ideia negativa a respeito do outro, nascida da necessidade de promover e justificar a agressão, constituindo um eficaz instrumento de internalização da ideologia do branqueamento. Kreench e outros definem os estereótipos como cognições relativamente simples de grupos sociais que cegam os indivíduos para as múltiplas diferenças entre membros de qualquer grupo racial-étnico, de idade, de sexo, de classe social e que tendem a congelar seus julgamentos. Por outro lado, os estereótipos influenciam negativamente a autopercepção das pessoas, desde que essas pessoas pertençam a grupo ao qual se atribuem características distorcidas e cristalizadas”. (SILVA, 2004, p.43)

A disciplina de História, engessada em um currículo único, confirma esses aspectos negativos apresentados por Silva (2004), pois não permite a compreensão das diferenças raciais, culturais e religiosas existentes no Brasil. São criados estereótipos da cultura negra por meio da narrativa que violenta as possibilidades de valorização dessa existência. Desta forma, o currículo único é elaborado como se os estudantes da faixa etária de quinze a dezoito anos vivessem na mesma realidade social, cultural e étnico-racial. Uma intencionalidade perversa de homogeneização que alimenta os preconceitos e as discriminações. As pesquisas realizadas no ambiente escolar juntamente com os alunos não foram utilizadas neste momento,

por falta de documentos comprobatórios, ao se lidar com menores é necessário a autorização de seus responsáveis, mas durante o desenvolvimento da pesquisa não foi possível o retorno de todos os termos de autorização.

Sendo desta forma não compatível com a legitimidade desta dissertação de mestrado, durante as entrevistas com os professores foi dado nomes fictícios aos professores envolvidos para manter a discrição do seu envolvimento com a comunidade e com a diretoria de ensino ao qual os eles pertencem.

Assim, a pesquisa caminhou no sentido de evidenciar que a visão reducionista do currículo único atua fortemente entre os limites estruturais no ambiente escolar. Revela uma intenção de apoio à prática autoritária, “de cima para baixo”, na linguagem informal e muito conhecida entre educadores. O entrave se apresenta também na supervalorização dos conteúdos em detrimento dos sujeitos do processo de ensino (docentes) e aprendizagem (discentes), que devem ser participantes ativos nesse ambiente, de acordo com Paulo Freire:

[...]Não reduzimos, por isso mesmo, sua compreensão, a do currículo explícito, a uma pura relação de conteúdos programáticos. Na verdade, a compreensão do currículo abarca a vida mesma da escola, o que nela se faz ou não se faz, as relações entre todos e todas as que fazem a escola. Abarca a força da ideologia e sua representação não só enquanto ideias mas como prática concreta. No currículo oculto o “discurso do corpo”, as feições do rosto, os gestos, são mais fortes do que a oralidade. A prática autoritária concreta põe por terra o discurso democrático dito e redito. (FREIRE, 2000, p. 123)

A problematização proposta por este trabalho acadêmico apresenta a necessidade de um currículo plural. Currículo apresentado como processo que promove interação entre todas as práticas e reflexões que marcam os processos educativos na perspectiva da educação crítico-transformadora de Paulo Freire, referencial teórico para a abordagem sobre educação. As obras “Educação como prática da Liberdade” (FREIRE, 1967), “Comunicação ou Extensão” (FREIRE, 1983), “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 1987) e “Pedagogia da Autonomia” (FREIRE, 2003) ofereceram o espaço de diálogo, necessário com outros autores, para a

reflexão sobre uma ambiência com práticas educativas para a educação com base nas relações étnico raciais.

A Lei 10.639 sancionada em janeiro de 2003 pelo Governo Federal Brasileiro está entre as políticas afirmativas⁹ para a população negra na educação. É considerada uma conquista dos movimentos sociais de mulheres negras e homens negros que reivindicaram – e reivindicam – o reconhecimento de suas Histórias, de seus saberes e fazeres, de sua contribuição histórico-cultural na construção do Brasil. Desde que a lei entrou em vigor, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana começaram a se concretizar, documento aprovado pelo Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno/DF e publicado em 10 de março de 2004. No referido documento, o governo federal “assume o compromisso histórico de romper com os entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira. O principal instrumento para isso é o encaminhamento de diretrizes que nortearão a implementação de ações afirmativas...”

No mesmo documento é possível identificar a visão crítica sobre o papel da escola e as relações entre seus sujeitos na proposta de uma educação democrática e igualitária:

Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime. Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. (MEC, 2004, pg.14)

⁹ “O objetivo central dessas políticas é eliminar as desigualdades entre cidadãos de uma mesma sociedade e garantir a todos as mesmas condições de oportunidades, sem restrições de raça, etnia ou condição social.” XAVIER, Juarez . Afrodescendente Identidade conquistada. Pg. 99 – Ed Salesiana – São Paulo 2010

Ao assumir o compromisso com uma política de educação de enfrentamento às práticas educativas racistas nos espaços formais de educação, o Estado assume também que o racismo é estruturante em nossa sociedade. E que essa sociedade racista reproduz seus mecanismos de manutenção na Educação Básica (obrigatória por lei) e no Ensino Superior (obrigatório na lógica meritocrática). Mecanismos esses que, presentes na cultura das instituições, é reconhecido como racismo institucional, dificultando ou impedindo o acesso aos espaços e também à permanência.

Essa afirmação se traduz em dados do IBGE (2018), que apontam para o percentual de que mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,25 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) e é mais do que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos (7%). Os dados fazem parte da pesquisa "Estatísticas de gênero", pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Considerando o ensino superior uma das possibilidades de mobilidade econômica e social, as estatísticas apresentadas pelo IBGE demonstram que as desigualdades sociais não são superadas – entre a população negra – sem políticas específicas de atenção ao acesso e permanência nas instituições de ensino superior.

Para o combate e superação do racismo estrutural há a necessidade da criação de políticas públicas para que esta população tenha acesso a direitos historicamente negados. Como previsto na lei Nº 12.288/10, Art. 1º que “Institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”.

Essas políticas públicas se apresentam como cenário de possibilidades para o enfrentamento da perversidade da globalização discutida por Milton Santos (2000). Focada na falta de pluralidade cultural existente no Brasil desde o processo de colonização¹⁰, sendo enfatizada no cenário político brasileiro.

¹⁰ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), transversal às demais unidades do Ministério da Educação, promove a articulação e convergência das agendas para garantir o direito de todos à educação, com qualidade e equidade. Para orientar políticas públicas educacionais que articulem a diversidade humana e social aos processos educacionais desenvolvidos nos espaços formais dos sistemas públicos de ensino, devem ser

Para analisar cada temática abordada por essa dissertação, foram estruturados dois capítulos, divididos da seguinte maneira:

Na primeira parte foi discutido o racismo presente na formação e na criação desta estrutura em que estamos inseridos. Também foi observado o papel da escola na formação do conhecimento, como está voltada para políticas inclusivas e a relação entre a estrutura racista e o ensino.

A segunda parte foi pensada no eixo da ambiência escolar utilizando como principal fonte de reflexão as análises de Eliane dos Santos Cavalleiro (2014) “Do silêncio do lar ao silêncio escolar”. Esta obra é importante pela análise acerca da ambiência escolar como espaço de gestão dos processos, pessoas e plataformas para a construção de conhecimento e os enfrentamentos trazidos desde o início da vida escolar do autor.

consideradas as questões de raça, cor, etnia, origem, posição econômica e social, gênero, orientação sexual, deficiências, condição geracional e outras que possam ser identificadas como sendo condições existenciais favorecedoras da exclusão social. Jovens que se encontram fora da escola, adultos não alfabetizados, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, pessoas com deficiência, estudantes em situação de vulnerabilidade social, são apenas alguns exemplos de grupos historicamente excluídos da escolarização. A elaboração de políticas públicas criadas a partir do reconhecimento da diversidade, tem o objetivo de possibilitar a inclusão de segmentos da população que precisam de atendimento a suas especificidades educacionais, mostra-se como avanço democrático que possibilita alcançar mais justiça social ao promover a equidade. Educação de qualidade se traduz por meio de três eixos fundamentais: o reconhecimento da diversidade, a promoção da equidade e o fortalecimento da inclusão de todos nos processos educativos. Disponível: <
<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao>>. Acesso: 26 de janeiro de 2019, às 00h30min.

2 METODOLOGIA

Para conseguir coletar os dados necessários, foi feita uma pesquisa qualitativa com professores. O registro pessoal por meio do diário de sala também foi um método utilizado para chegar aos resultados e à uma análise concreta sobre os aspectos raciais trabalhados dentro da sala de aula. O diário foi importante por causa da abordagem das questões pessoais de vivência dentro da ambiência de sala de aula e as relações étnico-raciais. Foram utilizadas anotações dos conteúdos abordados durante as aulas nas séries do segundo e terceiro ano do ensino médio, analisadas as aulas ministradas por professores e professoras sobre conteúdos citados nesta dissertação e observada a postura dos alunos e alunas durante as aulas ministradas.

Segundo Paulo Freire (1987)

O preparo científico do professor ou da professora deve coincidir com sua retidão ética. É uma lástima qualquer descompasso entre aquela e esta. Formação científica, correção ética, respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente, não permitir que o nosso mal-estar pessoal ou a nossa antipatia com relação ao outro nos façam acusá-lo do que não fez são obrigações a cujo cumprimento devemos humilde, mas perseverantemente nos dedicar. (FREIRE, 1987, p.10)

Cavalleiro (2000) completa essa ideia ao discutir que a ideologia de elementos é o que coloca a questão da democracia racial desde o início da colonização. A partir desse aspecto, fica muito mais fácil a manipulação e a passividade do controle de discussões e manter a questão étnica fora do cenário que representa um discurso racista.

Embora ainda exerça muita influência na sociedade, pouco contribuiu para a melhora concretamente a situação dos negros. Representa uma falácia que serve para encobrir as práticas racistas existentes no território nacional e isentar o grupo de brancos de reflexão sobre a si mesmo. (CAVALLEIRO 2000, p.28)

O aspecto fundamental para análise sobre as relações étnicas-raciais é a Lei Nº 10.639/03. Esta regulamentação possibilita redefinir um ponto que não está inserido na grade curricular do Estado de São Paulo: a construção intelectual, moral e social do Brasil.

Segundo o artigo 5º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural toda a manifestação Cultural é parte integrante em um desenvolvimento social e coletivo, sendo desta maneira capaz de se expressar e ter participação na vida cultural.

Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, que são universais, indissociáveis e interdependentes. O desenvolvimento de uma diversidade criativa exige a plena realização dos direitos culturais, tal como os define o Artigo 27 da Declaração Universal de Direitos Humanos e os artigos 13 e 15 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Toda pessoa deve, assim, poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que deseje e, em particular, na sua língua materna; toda pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; toda pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. (UNESCO, 2001, p. 3)

A declaração expõe uma desproporção entre aquilo que é apresentado no currículo do ensino público do Estado de São Paulo e a realidade vivida por estudantes do segundo e terceiro ano do ensino médio.

Ao discutir a ambiência escolar, diversidade e racismo no cenário político vigente, constata-se a necessidade de um debate sobre as diferenças que perduram no Brasil e as dificuldades de uma política que não representa os anseios da população em vulnerabilidade social. Os governos de hoje refletem a tendência conservadora que mostra em seu discurso o racismo, fascismo e a homofobia desqualificando assim, uma grande parcela da população.

Um plano de governo que não aborda as questões raciais, sociais e muito menos a diversidade existente no território brasileiro, visando apenas o interesse da considerada classe média alta.

Maria Immacolata Vassallo Lopes define em seu artigo uma proposta de um modelo metodológico para o ensino da pesquisa em comunicação: 1- Epistemologia, 2- Teórica, 3- Metódica e 4- Técnica. O eixo horizontal é organizado em quatro fases: 1- Definição do objeto, 2- Observação, 3-Descrição e 4- Interpretação. Nesta pesquisa será utilizada essa metodologia idealizada por Lopes.

2.1 CARACTERIZANDO A PESQUISA

O universo escolhido para realização deste estudo foi a Escola Estadual Azarias Leite, localizada na cidade de Bauru, SP. Esta instituição de ensino possui os seguintes segmentos: Ensino Fundamental II e Ensino Médio. No período da manhã a unidade funciona das sete horas ao meio dia e vinte minutos e no período da tarde do meio dia e quarenta minutos às dezoito horas. A escola recebe estudantes dos bairros da região como o Núcleo Habitacional Presidente Geisel, Núcleo Habitacional José Regino, Jardim Carolina e mediações.

A infraestrutura da escola dispõe aos alunos o acesso à vinte e quatro salas de aula, com treze salas funcionando no período da manhã e doze no período da tarde. O acesso à internet por wifi é somente para a direção. A escola conta também com uma sala de informática com 14 computadores, sala de vídeo, quadra, banheiros masculino e feminino para estudantes no pátio e masculino e feminino para o corpo docente e administração, sala da direção, sala de professores, cozinha para professores, refeitório e sala de leitura. São, em média, 35 alunos por sala, com um corpo docente de 43 professores, sendo três professores negros e uma diretora negra. O corpo docente conta também com um professor readaptado, um gerente e três serventes escolares. Os estudantes totalizam cerca de 740 adolescentes. A unidade escolar não faz o recorte racial na efetuação da matrícula.

A escola recebe recursos financeiros da Secretaria do Estado de São Paulo que são distribuídos pela Diretoria de Ensino da cidade de Bauru. Este repasse é partilhado entre as 59 escolas da região.

A fachada da escola permanece a mesma desde a sua fundação. Algumas demãos de tintas são passadas anualmente para conservar a visão de fachada escolar que é a marca de escola pública de caráter estadual.

Os muros da escola representam a identidade central da unidade e buscam mostrar um novo olhar sobre a sociedade e sobre quem está inserido no bairro. Pintados por estudantes, professores e professoras os muros ao redor da escola descaracterizam um olhar de uma ambiência voltada para a homogeneização de pessoas, apenas para um único perfil de estudante, como também representam um enfrentamento direto dos problemas encontrados nas escolas, bairros e comunidades que a cercam¹¹. À primeira vista, parece estabelecer uma conectividade entre as culturas existentes no bairro e na escola possuindo assim conectividade e visibilidade.

Como pontua Mário Sérgio Cortella (2002), a visão empresarial que se aplica a educação torna o ensino de qualidade um privilegio em detrimento de um resultado prático e de qualidade social. A educação não atua em uma esfera total de ensino, retirando da esfera social a construção de uma identidade étnico racial, desconstruindo a importância deste estudo de forma que não haja uma interação entre a realidade do bairro e a compressão de um currículo que permita a união das estruturas de ensino e aprendizagem, estudante, professor e professora, o bairro e a escola mediante a realidade existente no território e o contexto de ambiência, para transpor as barreiras de aplicabilidade da Lei Nº 10.639/03.

A fachada da escola Azarias Leite é fundamental na leitura sobre a realidade da escola e do bairro. Todas as pessoas inseridas nessa ambiência são importantes para o ensino e aprendizagem de qualidade e que respeite as diferenças existentes.

¹¹ Bairros que ficam em volta da escola E E Azarias Leite são: Núcleo Presidente Geisel, José Regino, Ferradura Mirim, Tangaras, Redentor, Carolina, Coralina, Bauru Vinte Dois, Vila Tecnológica, Jardim Olímpico, Jardim das Orquideas.

FOTOGRAFIA 1. Fachada da E.E. Azarias Leite



FONTE: acervo pessoal ,2018.

FOTOGRAFIA 2. Grafismo e Letras



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

O grafismo no muro foi realizado pelos estudantes desta unidade escolar. Nesse período os alunos comentaram que a escola estava com as características do bairro e mostrava a identidade dos moradores da região. Durante esta pesquisa não foi possível consultar o nome dos alunos que realizaram este grafismo, entretando a elaboração foi no ano de 2018, sob a direção de Marlene Brito.

3 Racismo

3.1 Racismo Estruturado e Institucionalizado

O racismo no ambiente escolar é um dos pontos explorados nesta pesquisa. Preservado nas estruturas do Estado, o racismo atravessa a sociedade e se manifesta nas micro e macro relações, submetendo a população negra a violências simbólicas e físicas e aumentando sua situação de vulnerabilidade social em todo o território. Essa população negra, composta por afrodescendentes¹², está em permanente enfrentamento racial pois o racismo opera sistemicamente por diversos meios e conceitos – preconceito e discriminação –, como explica Juarez Xavier:

De acordo com a formulação corrente no movimento, o racismo é sistêmico, global. Ele opera independente dos graus de consciência individual, distribuindo vantagens comparativas pautadas nas linhas de cor. Sua natureza é destrutiva, “etnocida”, estrutural. Ao afirmar a suposta superioridade de um grupo humano sobre outro, o racismo carrega embutida a noção de aniquilamento do diferente. Preconceito e discriminação operam nas dimensões individuais. O preconceito parte de uma ideia pré-elaborada sobre o outro carregada de aspectos negativos. A noção toma corpo social, transfigurando-se em força material. O conceito de que os afrodescendentes tendem para a criminalidade transforma-os em suspeitos sociais em potencial. Com base nessa força social material, operam mecanismos implícitos e explícitos que discriminam, isolam, segregam os descendentes de africanos. Apesar de distintos, os conceitos se entrelaçam, se alimentam e se condicionam mutuamente. (XAVIER, 2000, pg. 53)

Compreender o processo de estruturação do racismo na sociedade nos leva para o processo de formação do Brasil. Indagar a visão de país que se desejava ter e ser: quem seriam os cidadãos brasileiros que inaugurariam a Nação, e para que descendentes esse legado seria? Quem somos? Quem queremos ser?

Esse projeto histórico fez escolhas e escolheu pessoas para determinar em que bases de sustentação política, econômica e cultural se providenciaria o futuro. As análises e seus resultados deram frutos baseados em um modelo de ideal de

¹² Categoria que reúne à população negra pretos/as e pardos/as que se identificam com suas raízes africanas. Juarez Xavier Afrodescendente identidade conquistada pg 7 São Paulo – Salesiana 2010

sociedade do “branqueamento” justificado por um *status* “científico” que defendia o “determinismo biológico” e reunia argumentos afirmando “explicitamente que as características biológicas das pessoas determinavam as características psicológicas e culturais, ou seja, atribui-se uma relação determinista entre um grupo e suas supostas características” (DEUS, 2001, p. 180).

A suposta característica de superioridade foi atribuída à herança branca europeia, enquanto aos africanos e seus descendentes, bem como aos indígenas naturais do território, foram atribuídas características de inferioridades.

Foi iniciado o projeto de desumanização de populações não brancas, alicerçado em teorias científicas evolucionistas do século XIX, conforme expõe Feres (2006):

[...] o processo de re-europeização do Brasil acentua-se na segunda metade do século XIX, quando na Europa as teorias raciais estavam se impregnando do evolucionismo biológico. No período que vai de 1870 a 1930, paralelamente à abolição da escravidão, à proclamação da república, à primeira industrialização, à imigração em larga escala, ou seja, a todos os processos que marcam a fundação do Brasil contemporâneo, temos também a recepção intensa de teorias raciais vindas da Europa [...] Frenologia, poligenia, eugenia, darwinismo social, catolicismo evolucionista, todas essas teorias foram recebidas nesse período por intelectuais, políticos e "fazedores" de políticas públicas [...] Em suma, o que chega ao Brasil não é só uma estrutura normativa da modernidade, mas um complexo de ideologias, instituições e teorias científicas, muitas delas contraditórias, que vieram se somar as já existentes no Brasil imperial. É desse encontro, e de desenvolvimentos históricos posteriores, que se desenvolve a semântica do preconceito racial no Brasil de hoje. E é o preconceito racial o material bruto privilegiado para estudarmos a negação do reconhecimento dos não-brancos em nossa sociedade (FERES, 2006. Não paginado).

A desumanização de africanos e seus descendentes foi o primeiro movimento estratégico para o alcance do objetivo pretendido: extinguir a herança africana.

O passo seguinte do projeto estaria focado no exemplo de outras Nações e seus modos de desenvolvimento, que evidenciavam que a presença de negros e

negras em suas composições populacionais nunca seria bem-vinda. Para o Brasil, então, o exemplo deveria ser observado. Como relatou o médico e antropólogo João Batista de Lacerda durante o Primeiro Congresso Universal das Raças:

[...] Ela [a “raça negra”] envenenou a fonte das gerações atuais, ela irritou o corpo social, aviltando o caráter dos mestiços e abaixando o nível dos brancos. [...] Enquanto o português não temia se misturar com o negro e constituir uma descendência, o anglo-saxão, mais zeloso da pureza de sua linhagem, manteve o negro à distância, e serviu-se dele apenas como um instrumento de trabalho. E é um fato curioso e notável que nem a ação do tempo nem outros fatores jamais puderam fazer mudar essa atitude primeira dos americanos do norte, que mantêm até a atualidade a raça negra separada da população branca. Para a desgraça do Brasil, é justamente o inverso que aqui tomou lugar; o branco se misturou ao negro com tão pouca discrição que se constituiu uma raça de mestiços, hoje dispersa por uma grande parte do país. (LACERDA, 1911, apud SCHWARCZ, 2011, p. 237)

O golpe fatal para a implementação do projeto viria ainda no mesmo Congresso. No aprofundar de suas justificativas, amplamente apoiado pela elite branca de herança escravocrata, Lacerda (1911 apud SCHWARCZ, 2011, p. 242) anuncia os planos da Nação Brasil, que dedicará empenho e esforços para que em 1(um) século as populações negras e indígenas sejam extintas do território nacional:

[...] 1. A observação e a comparação dos fatos zoológicos, no tema da função de reprodução, conduzem a reconhecer que o homem branco e o homem negro formam duas raças e não duas espécies. 2. Os mestiços, produto da união sexual do branco e do negro, não constituem uma raça verdadeira, mas um tipo étnico variável, transitório, tendo tendência a retornar a uma das duas raças originais que o produziu. 3. A importação, em uma vasta escala, da raça negra ao Brasil, exerceu uma influência nefasta sobre o progresso deste país; ela retardou por muito tempo seu desenvolvimento material, e tornou difícil o emprego de suas imensas riquezas naturais. O caráter da população ressentiu-se dos defeitos e os vícios da raça inferior importada. 4. O mestiço é inferior ao negro em resistência corporal e força física, mas ele rivaliza frequentemente com o próprio branco em inteligência e aptidões técnicas e artísticas. 5. No Brasil, os mestiços ajudaram nas ações dos brancos para o progresso do país, e eles foram bem-sucedidos ao se elevarem às mais altas posições na

administração e na política. 6. A imigração crescente dos povos de raça branca, a seleção sexual, o desaparecimento de preconceitos de raça cooperam para a extinção a curto prazo dos mestiços no Brasil. 7. Após um século, provavelmente, a população do Brasil será representada, na maior parte, pelos indivíduos de raça branca, latina, e, ao mesmo tempo, o negro e o índio terão sem dúvida desaparecido desta parte da América. 8. Um futuro brilhante está reservado ao Brasil, ele tornar-se-á a estação principal onde a raça latina virá se reanimar, rejuvenescer-se na América do Sul, como os Estados Unidos o foram na América do Norte para a raça saxã. (LACERDA, 1911 apud SCHWARCZ, 2011, p. 242)

A não concretização do projeto político elaborado para o Brasil da primeira República deve nos chamar a atenção para o caráter de resistência que tem a presença da população negra na construção de nossa história. Sujeitos de seus saberes e fazeres, homens negros e mulheres negras criam e legaram para suas gerações estratégias, ambiências favoráveis e tecnologias que, aplicadas a realidade, garantiram a preservação de seus valores culturais e permitiram sua reinvenção no contexto hostil de negação e violência para com suas existências.

Essa presença negra, que também joga por terra as perversidades das teorias evolucionistas do século XIX, é constatada nos dados pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), que apresentou na pesquisa sobre a “Distribuição da população por cor ou raça no Brasil em 2017” (por autodeclaração) que a população negra soma 55,4%¹³ da população brasileira, e a população branca 43,6 do mesmo total.

Ainda de acordo como as pesquisa do IBGE (2018) o aumento da população negra foi observada em todas as grandes regiões do país, enfatizou a gerente da pesquisa Maria Lúcia Vieira quando analisou que desde 2012 – quando começaram as pesquisas por cor e raça no Brasil - o total de autodeclarados pretos e pardos aumentou, respectivamente, 21,8% e 7,7%, enquanto o de brancos reduziu em 2,4%.

¹³ Os critérios de autoidentificação utilizados pelo IBGE distinguem pretos (8,6%) e pardos (46,8%). A opção pela soma das duas categorias é justificada no texto pela literatura utilizada que considera que a população negra é formada por pretos e pardos. Inclusive para efeito de aplicação de Políticas Públicas.

Resistir para existir não significou, para a população negra, dizer que os ideais materializados em políticas de Estado e de Governo, desde o início do projeto de extinção de seus corpos e memórias, não permaneceram nas estruturas do país. Os mecanismos utilizados para impedir o acesso das populações não brancas e frear seu desenvolvimento, estão calcados na mesma busca pela manutenção das desigualdades sociais e econômicas, e fortalecidos ideologicamente pela mesma ideia de superioridade cultural.

Para Milton Santos (1990), é a partir sustentação das ideias de hierarquia entre grupos humanos que o racismo estrutural opera e oprime. Agindo sob:

[...] a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. É também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados, como se vê. (SANTOS, 1990, p.26)

Considerando o fator resistência, aí sim, como característica determinante de herança africana para a população negra, esta pesquisadora, na busca por uma ambiência que permita a educação antirracista¹⁴ e que reflita na formação de sujeitos de intervenções transformadoras para a construção de uma sociedade democrática e equânime, dedica seu olhar as possibilidades de leitura de realidade em que está inserida essa população.

Ao abordar o papel social do negro na formação do ideal capitalista de uma sociedade, esta pesquisa assume que nossa sociedade está inserida num mundo globalizado, e sente os efeitos de sua perversidade, como proposto por Santos (2000):

¹⁴ “Educadores que realizam a educação antirracista têm como meta levar para o espaço escolar a discussão sobre as desigualdades na sociedade. Discutem os problemas sociais e as diferentes proporções em que atingem os diversos grupos raciais. Repudiam qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuidam para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas” CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e Anti-racismo na Educação. Selo Negro, 2001.

“A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política [...] Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa. Isso poderia ser diferente se seu uso político fosse outro,” (SANTOS, 2000, pg 12)

Milton Santos (2000), ao afirmar que o uso político da globalização pode ser positivo, adota os critérios “fábula, perversidade e possibilidade” para análise da realidade/mundo, o que nos permitem perfeita analogia com o contexto de vida da população negra.

Na realidade como fábula ou “o mundo tal como nos fazem crer” as questões de desigualdades raciais são fantasiadas, encobertas por narrativas de que as oportunidades são iguais para todos e a meritocracia é uma verdade possível. A fabulação nesse sentido funciona como a “máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema” (SANTOS, 2000, p.18)

Na realidade como perversidade ou “o mundo como é” as estratégias criadas para o aprofundamento das desigualdades sociais, alimentadas pelo preconceito e discriminação racial, dificultam – quando não impedem – a mobilidade econômica e social de parte significativa da população negra brasileira, alimentando um ciclo de reprodução de violências e escassez. Nesse contexto, a questão é estruturante pois “a perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas.” (SANTOS, 2000, p.19)

Contudo, na realidade como possibilidade ou “como pode ser” – na emergência por uma outra globalização mais humana – o mundo não se apresenta determinado, pronto para seus atores, mas sim disposto com os sujeitos de sua construção. É essa leitura de realidade em que os saberes e fazeres como estratégia de intervenção e transformação da realidade são fundamentais. E, para isso, é preciso superar o individualismo na criação conjunta proporcionada pela diversidade de conhecimentos valorizados em ambientes de reconhecimento da pluralidade cultural na formação de nossa brasilidade. É uma indignação proativa que contesta e diz que:

“O mundo definido pela literatura oficial do pensamento único é, somente, o conjunto de formas particulares de realização de apenas certo número dessas possibilidades. No entanto, um mundo verdadeiro se definirá a partir da lista completa de possibilidades presentes em certa data e que incluem não só o que já existe sobre a face da terra, como também o que ainda não existe, mas é empiricamente factível. Tais possibilidades, ainda não realizadas, já estão presentes como tendência ou como promessa de realização. Por isso, situações como a que agora defrontamos parecem definitivas, mas não são verdades eternas.” (SANTOS, 2000, p.78)

Investigar e criar as possibilidades ainda não realizadas no campo da educação demanda esforços. Esta pesquisa reconhece a escola como um desses espaços de possibilidades, porém, reconhece também que a mesma é uma instituição socializadora¹⁵ do Estado e, por isso, ambiente para possível reprodução de práticas racistas. se aproximando, assim, do racismo institucional.

A definição de racismo institucional adotada faz referência ao estudo realizado por Geledés-Instituto da Mulher Negra, que resultou na publicação “Racismo Institucional - uma abordagem conceitual” (2013). Ao definir o conceito, as considerações sobre racismo estrutural – ou sistêmico –, já apontadas nesta pesquisa, são diretamente relacionadas a esse “modo organizacional” de operar, que também utiliza mecanismos de exclusão da população “não-branca”, monopoliza os meios de produção e seus resultados, atua na manutenção das desigualdades raciais e impede a mobilidade social dos grupos subordinados.

¹⁵ Administra e controla o processo de socialização, que é o conjunto de valores e regras compartilhados pelo grupo socializador para a vida em sociedade na qual está inserido.

Assim, “o racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial.” (GELEDÉS, 2013, p.20)

Materializado em ações internas nas organizações ou instituições – públicas e/ou privadas -, gera ambiência de “indisponibilidade e/ou redução ao acesso a política de qualidades, menor acesso a informação, menor participação e controle social, escassez de recursos” (GELEDÉS, 2013, pg. 13)

A prática racista institucionalizada, seja na esfera pública ou privada, faz com que negros e negras, indígenas e/ou imigrantes “não-brancos” sejam negligenciados em relação à saúde, educação e demais serviços essenciais. No que tange à segurança, tornam-se alvo da violência pelo olhar da sociedade.

3.2 Racismo na educação e seu enfrentamento

A história da educação da população negra no Brasil produz uma articulação das narrativas que percorrem os caminhos que retratam todos seus processos de resistência para existir. É a história de um conjunto de fenômenos sobre “seus aspectos de exclusão, resistência e inclusão, com o exercício de seus direitos”. (ROMÃO, 2005 p.11)

A educação, como produção cultural do Ser humano, oferece condições para que sejam criadas formas de interferir e transformar a realidade. A educação tem uma intencionalidade, pois é fruto do trabalho humano, explica Carlos Rodrigues Brandão (1989):

“O homem que transforma, com o trabalho e a consciência, partes da natureza em invenções de sua cultura, aprendeu com o tempo a transformar partes das trocas feitas no interior desta cultura em situações sociais de aprender-ensinar-e-aprender: em educação. Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder.” (BRANDÃO, 1989, p.14)

Nessa perspectiva, é possível encontrar coerência entre o direito a educação historicamente negado e o racismo sistêmico inserido no contexto de ausência de políticas de acesso e permanência aos espaços formais para o processo educacional da população negra. Surya Barros (2005) evidencia o uso da educação para o projeto de manutenção das desigualdades sociais e práticas de violências físicas e simbólicas, registradas no relatório do Inspetor Geral da Instrução pública da Província de São Paulo, em 1865:

Entendemos que o acesso à escola era o elemento de manutenção do poder entre a camada branca da população. Isto é, a escola não era legalmente proibida aos negros, mas sua presença era vedada através de mecanismos sutis de discriminação. O acesso às letras seria um elemento de diferenciação entre brancos (que se consideravam superiores) e negros (considerados inferiores). Assim, o contato com crianças consideradas inferiores era rejeitado pelas demais famílias, que não desejavam que, como dizia o Inspetor Geral, 'as pessoas que lhe são caras [chegassem] a hobrear com as ínfimas camadas da sociedade'. [...] resultando na manutenção da desigualdade de acesso e permanência na escola que se evidencia até os nossos dias (BARROS, 2005, p. 91)

O compromisso dedicado a manter a escola como não lugar para os negros e negros era preservado nas políticas de educação formuladas para a sociedade da época:

Na (re) leitura das reformas educacionais dos séculos XIX e XX, deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma "aparente" democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico (BARROS, 2005, p.70)

Rever esse momento histórico não é tarefa agradável, mas necessária para compreender que a população negra não foi passiva diante de seus obstáculos, como os convenientes discursos sobre meritocracia insistem em afirmar. Esses homens negros e mulheres negras mobilizaram seus saberes e criaram cenários

diferentes para atuação e existência. Foi a ação conjunta de diversos fazeres que articularam as frentes de resistência, os movimentos negros:

Esses movimentos negros, que obtiveram forte repercussão na década de 20, reivindicavam a igualdade de direitos e uma educação ampla que propiciasse aos negros recém-egressos do cativeiro e seus descendentes a participação nos eventos culturais, sociais, políticos e econômicos em cursos. Assim, as manifestações de conscientização, de protesto, união e integração social estavam permeadas de discursos em prol da valorização do negro – respeito, prestígio e honorabilidade – e da ascensão social através da educação. (SILVA, ARAUJO, 2005, pg. 73)

Na atualidade, Santos (2001) analisa que os temas presentes na pauta das reivindicações do movimento negro que representam a busca pela participação democrática da sociedade civil:

O movimento negro é uma das associações civis que contribuem para a estabilidade de um governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos”, ao trazer pessoas profundamente marginalizadas da sociedade e inculcar nos seus militantes, hábitos de cooperação, solidariedade, espírito público e justiça, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. (SANTOS, 2001, p. 53)

Sujeitos de seus processos históricos, e atuantes no movimento negro, para além de intervir e transformar sua própria realidade devem motivar o processo de transformação da sociedade. Leitores conscientes de suas realidades fazem conexão com todas as esferas da sociedade e constroem espaços para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e combate ao racismo:

“A contribuição teórica do movimento negro à sociedade é expressiva. Conceitos básicos sobre organizações, estratégias de ação de curto, médio e longo prazos foram sistematizados pela experiência práticas. Num certo sentido, em muitos aspectos, o MN esteve à frente da academia diversas vezes, na elaboração conceitual de suas necessidades práticas.” (XAVIER, 2000, pg,18)

Nesse sentido, as políticas públicas afirmativas para a população negra são resultado direto da intervenção do movimento negro no enfrentamento ao racismo sistêmico. No âmbito da educação, a Lei 10.639/2003, que altera o artigo 26 da LDB 9394/96 e torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, tem o reconhecimento do governo federal do papel importante do movimento negro para a formulação desta política. No relatório do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, é reconhecida a importância dos dispositivos legais de educação, “bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX” (BRASIL, 2005, pg.9) que promovam uma educação antirracista.

Para o debate sobre educação, as políticas afirmativas que impactam ações do Ministério da Educação (MEC)¹⁶ são fundamentais. As marcas da violência da escravidão de africanos no Brasil e deixaram marcas negativas profundas na realidade dos afrodescendentes, de tal forma que o racismo, presente de forma visceral na sociedade brasileira, produz pensamentos preconceituosos e se reproduz nas relações de discriminação. Segundo Jessé Souza (2017) as ideias dão corpo e forma para as práticas que desenham um modelo de sociedade:

A política não é feita como muitos imaginam, pelos burocratas da política, pelos jornalistas da política ou, menos ainda, pelos políticos profissionais da política. A atenção a esse elemento comezinho do dia a dia das lutas políticas nos cega em relação ao principal: o conjunto de ideias (e de valores e interesses ligados a essas ideias) e dos consensos sociais que se criam a partir delas, que são o estímulo e o limite de qualquer ação política. Essas ideias são no contexto de sociedade modernas secularizadas, obras dos indivíduos ou de grupos de pessoas que possuem a “autoridade científica” para falar sobre os assuntos públicos [...] é por conta disso que, para compreender os dilemas da vida coletiva de uma sociedade, tem-se que reconstruir, desde sua gênese, o fio condutor que

¹⁶ O Ministério da Educação, órgão da administração federal direta, tem como área de competência a política nacional de educação; a educação infantil; a educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; a avaliação, a informação e a pesquisa educacionais; a pesquisa e a extensão universitárias; o magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes. DISPONÍVEL EM <http://portal.mec.gov.br/institucional/historia> Acesso em 30 de janeiro de 2019, às 22h00min.

esclarece por que certas “interpretações do mundo” ganharam vida e outras não. (SOUZA, 2017, p.60)

Dessa forma, trabalhar os conceitos de raça dentro da sala de aula e desconstruir o pensamento racista na educação é um desafio para professores e professoras. Missão que pode ser favorecida com o respaldo de Projetos Políticos Pedagógicos que observem políticas nacionais sobre a educação para as relações étnico raciais positivas.

Ao abordar a necessidade da temática racial, mesmo com o amparo da lei 10639/2003, não há garantias de que alterações efetivas serão realizadas nos projetos pedagógicos das escolas e de que a educação para as relações raciais positivas será realizada dentro do ensino público. Existem profissionais que não são preparados para trabalhar com temáticas específicas da cultura afro-brasileira desqualificando a cultura e a religiosidade afrodescendente, focando seu trabalho na visão eurocêntrica.

A promoção de debates em sala de aula e exposição de conteúdos requer dedicação e estudo por parte do corpo docente. A abordagem de temas raciais não foge a isso, principalmente se forem professores que nunca tiveram contato com a temática étnico racial e seus conteúdos.

Sobre isso, Kabenguele Munanga afirma;

[...] Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. (MUNANGA, 2001, p. 9) SUPERANDO O RACISMO NA ESCOLA

Até o presente momento é notável o despreparo dos profissionais e a ausência de materiais disponíveis para trabalhar com a cultura negra nas escolas. A única disciplina que trata da questão racial de forma mínima é a História, mas que relega a existência do negro ao período colonial e a época da escravidão. As condições reais do negro do Brasil após o processo abolicionista e as consequências que, até hoje, fazem parte da formação da identidade deste país são ainda aspectos desconsiderados pela educação. Eliane Cavalleiro destaca a importância desse aspecto observado:

Assim, a pluralidade étnica da sociedade e, principalmente, do espaço escolar constitui um tema que parece não ter importância para o desenvolvimento do trabalho escolar. Não obstante, constata-se que o respeito as diferenças étnicas não é verbalizado de maneira elaborada pelas professoras. Também no planejamento escolar, essa questão não está colocada de maneira explícita. (CAVALLEIRO, 2000, p.48)

A preocupação com a intencionalidade pedagógica está presente na junção educação e relações étnico-raciais, compreendendo que “o cumprimento da educação enquanto direito social passa, necessariamente, pelo atendimento democrático da diversidade étnico-racial e por um posicionamento político de superação do racismo e das desigualdades raciais” (GOMES, 2010, p.20).

Com essa estrutura vertical do racismo, o contato com o ambiente escolar possibilita a percepção de que o ideal de educação antirracista está totalmente fora dos parâmetros estabelecidos pelas autoridades de ensino. Podemos observar que é criado um distanciamento da realidade sobre os conteúdos referentes a religiosidade e cultura. Tratando de forma superficial tudo que vai contra os princípios do eurocentrismo. Todos os traços culturais africanos foram, e ainda são duramente reprimidos.

Como forma de retratar essa realidade, algumas falas de professores ilustram a situação da educação pautada nas questões étnico-raciais.

Pesquisadora: No atual momento político teremos mais dificuldade de inserção da lei 10.639?

Professora Dirá: “Sim, porque quem já se colocava contra ou ignora a lei tem todo um corpo político e toda uma representação vão se posicionar, eu temo até que aja intervenção no sentido de barrar e impedir, já não há uma base sólida quando a lei foi proclamada já tiraram o artigo que se referia a formação , para que órgão garantissem a formação e com esse tipo de visão medonha do alto escalão da política pode haver uma disposição para barrar. As pessoas já não se sentem obrigadas a cumprir a lei, então há uma disposição de não tratar dessas temáticas que a educação tenha mesmo esse viés apenas de formação escolar. Isso já vem acontecendo desde a base curricular comum que está sendo proposta você percebe em cada item e em cada área, porque nós fomos fazer análise eles pediram uma falsa contribuição como se fossem levar em conta já percebe um esvaziamento político. Não há nenhuma discussão pois já é um currículo adaptado para isso , para esse tipo de sociedade, a mesma equipe que montou o currículo do estado de São Paulo está na equipe da base nacional curricular comum. Se eles já tinham esse viés aqui agora está no nível federal e quem já não tinha uma disposição não irá se sentir obrigado a cumprir ou buscar as determinações. Então temo que coisas piores possam vir acontecer, por exemplo de ter leis aprovadas para se ter um policiamento absurdo no que se tratar da história da maior parte da população brasileira, ser considerado um posicionamento político partidário. Inclusive uma professora já veio me procurar para formamos um grupo de estudo para que possamos nos preparar como em termos de escola de como enfrentar o que vem por aí. Queremos produzir um currículo alternativo, então independente disso temos que usar da liberdade para que possamos ter independente de lei o compromisso ético de garantir a história dessas pessoas ter sua própria história em pé de igualdade com as dos demais povos que formaram o Brasil. Isso irá demandar muito esforço e disposição e enfrentamento. Porque esperar do poder público com essa formatação que temos, de pessoas com visão limitada sobre a história do povo brasileiro, de mentalidade tosca e não irão tratar a escola como um processo de formação identitária eles vão fazer de tudo para barrar esse tipo de política pública”

Professora Afonso:

O cenário político é desastroso os professores estão sentido medo e há uma possibilidade real de ser aprovado o projeto da escola sem partido, o que vai em inúmeros momentos prejudicar. A mordaza será instaurada para os professores e com isso a aplicação de alguns conteúdos ficará complicado. A abordagem de visões diferentes está cada vez menor e a abordagem de temas que falam sobre as minorias estão sendo ignoradas. Há um pessimismo muito grande”

Professora Ana “Bom no material didático de matemática não há nenhuma referência à cultura africana em nenhum momento mesmo. O que temos é a possibilidade de vídeos, mas em nenhum deles ressalta a cultura africana, mesmo quando abordamos a parte de razão, proporção mostra toda a concepção do conteúdo no Egito, mas não tem nenhuma referência”.

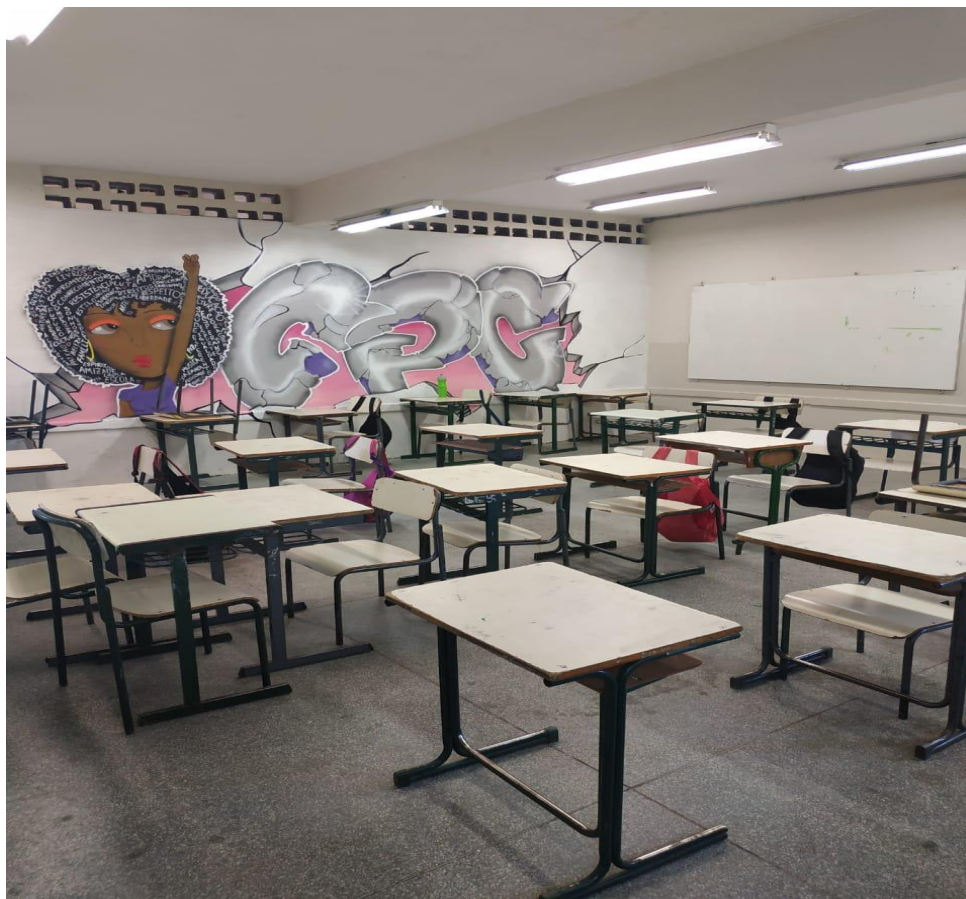
Quando a abordagem feita na escola é sobre um movimento de representatividade este o/a entrevistado/a traz consigo a realidade da comunidade e a relação existente entre o aluno e aluna e seu ambiente de vivência. Assim fica evidente a necessidade de um debate em torno das diversas realidades sociais.

Não podemos esquecer que a educação é um fenômeno existencial: acontece do momento em que nascemos até a hora em que perecemos. Trata-se de um fenômeno vital que, portanto, só acontece enquanto estivermos vivos. Nós, seres humanos, temos alguns defeitos fantásticos. Por exemplo, não nascemos sabendo, o que nos possibilita aprender qualquer coisa. Mais do que a possibilidade, temos a necessidade de aprender. (CORTELLA, 2002, p.97)

Como podemos observar nas imagens abaixo, o grafismo é o protagonista do ambiente, pois fica evidente elementos da cultura hip hop, que valorizam o negro em toda sua essência; social, cultural, política e estética.

A persona¹⁷ retratada na figura apresenta aspectos característicos de pessoas negras: cabelo afro, pele retinta e expressões do movimento Black Panther¹⁸

FOTOGRAFIA 3.



FONTE: acervo pessoal

¹⁷ Dentro da cultura do hip hop os personagens feitos pelos artistas são classificados como personas.

¹⁸ 1967, o Partido era mais uma unidade, dentre várias outras, espalhadas pelos EUA, surgidas simultaneamente nessa época, que se autointitulavam Panteras Negras. Todas elas atendiam a um chamamento comum. Usando o animal símbolo do Lowndes County Freedom Organization (LCFO), organização política que o Students Non-Violent Coordinating Committee (SNCC) pretendia transformar em partido no Alabama, os Panteras de Oakland eram mais um grupo que buscava dar forma política ao *slogan* "Black Power", de Stokely Carmichael, líder do SNCC. Então, pouco conhecido fora do norte da Califórnia, o grupo de Newton, Seale e do jornalista de *Ramparts*, Eldridge Cleaver, por volta de outubro de 1968, já havia rapidamente unificado em torno da sua liderança todos os grupos de Panteras, aproximado e emparelhado vários setores da esquerda norte-americana, estabelecido uma publicação oficial com tiragem de massa, reunido um orçamento anual milionário, angariado suporte internacional, e dominado o debate pela definição dos sentidos do Poder Negro. Essa ascensão, que se alicerçou na atração dos jovens mobilizados nos confrontos raciais na era dos assassinatos de Malcolm X (1965) e King (1968), foi alcançada com dramáticas e bem-sucedidas ações públicas, e após duras disputas interorganizacionais e partidárias.

FIGURA 4.



FONTE: acervo pessoal

Os desafios de trabalhar as questões raciais na educação se tornam ainda maiores devido a estrutura disponível, com defasagem no material e problemas de infraestrutura na escola, além de falta de professores.

4. Ambiência

Estamos num país onde certas coisas graves e importantes se praticam sem discurso, sem silêncio, para não chamar a atenção e não desencadear um processo de conscientização, ao contrário do que aconteceu nos países de racismo aberto. O silêncio, o implícito, a sutileza, o velado, o paternalismo são alguns aspectos dessa ideologia.

Kabengele Munanga

4.1 A ambiência como espaço físico e de interações

O ponto de partida para a aproximação com o tema da ambiência leva em consideração o pressuposto de Freire (1987) de que não há mundo sem as relações permanentes de homens e mulheres em interação como este mesmo mundo. Assim, as percepções humanas sobre o contexto que as cerca são fundamentais para a produção seus sentidos, que têm relação direta com seus modos de ser e interagir na realidade. Para Maria Luisa Bestetti (2014) a percepção humana depende de fatores tais como “as experiências vividas, os valores culturais do grupo social do qual o indivíduo faz parte e da seleção de códigos de referência significativos para a interpretação da realidade.” (BESTETTI, 2014, pg. 604)

O termo ambiência que pode ser entendido por meio ambiente (espaço físico), tem seu significado ampliado quando o conceito ganha contornos e se agrega a ideia de humanização para construção de espaços de coletividade e participativos. É importante compreender que a ambiência, nesse sentido, “pressupõe o espaço como cenário onde se realizam relações sociais, políticas e econômicas de determinados grupos da sociedade, sendo uma situação construída coletivamente e incluindo as diferentes culturas e valores.” (BESTETTI, 2014, pg. 604)

4.2 A ambiência no espaço de educação

Ao retratarmos a ambiência escolar exprimimos a questão do ambiente da unidade de ensino e tudo que está contemplado em toda a esfera escolar. Não somente um espaço (físico) de ensino e aprendizagem, mas como também a identidade escolar (intencionalidades). Se não nos aproximamos da verdadeira realidade do aluno, não compreendemos a vida e a condição social, cultural e histórica presente na narrativa de percepção de mundo de cada adolescente.

O espaço físico da escola, por si só, não é capaz de revelar a verdadeira ação educativa praticada no ambiente. Como estrutura a escola dá indícios do que se pretende fazer, do que há disponível - ou não - como meio inerte, e do que pode - ou não - ser utilizado. Isso mesmo não é suficiente para existir educação, processo de ensino e de aprendizagem.

Da mesma maneira que “não há docência sem discência”, também não existe ação sem gente, pois “educação é uma especificidade humana” (FREIRE, 2003). Somente assim, na presença da interação humana com o espaço escolar, que se faz possível captar a intencionalidade das práticas educativas.

Essa é, portanto, a ambiência que nos interessa nesta pesquisa: a interação dos sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem e o espaço escolar – as pessoas, os processos e as plataformas – para a educação para as relações étnico raciais positivas.

As intencionalidades das práticas educativas também são reveladas através dos materiais didáticos selecionados e problematizados – ou não – para as temáticas abordadas. Munanga (2001) adverte que para que haja ambiência favorável para a educação das relações étnico raciais é preciso ter consciência que:

[...] os instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam o mesmo conteúdo viciado, depreciativo e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. (MUNANGA, 2001, p. 7)

Para Cavalleiro (2006) os materiais didáticos e paradidáticos influenciam na formação do autoconhecimento sobre a identidade da criança e do adolescente, apontando assim a realidade da falta de livros que representem a realidade do aluno e aluna de escolas públicas, mediante a esfera social, cultural e religiosa.

No que diz respeito ao sistema de ensino em uma sociedade racista, as crianças brancas e negras – desde a educação infantil, por meio do currículo escolar – contam com uma série de atividades que, de maneira sub-reptícia, lhes apresentam atitudes e comportamentos socialmente hierarquizados em relação às pessoas pertencentes a diferentes grupos raciais. As crianças dispõem ainda dos meios de comunicação (televisão, jornal, filmes, livros, gibis, revistas, rádio, etc.) como um importante influenciador para as atitudes raciais. Os programas televisivos constituem um mediador ímpar na apresentação de um mundo hierarquizado, com normas e valores demarcados em relação aos grupos raciais que compõem a sociedade (CAVALLEIRO, 2006, p.84).

No contexto de insuficiência de material e/ou infraestrutura que atenda às necessidades dos estudantes, o uso de outras tecnologias se torna uma alternativa de recurso para trazer para a sala de aula assuntos diversos que correspondam às necessidades e espelhem a realidade dos alunos e alunas.

Para Fusari (2001) é importante considerar tecnologias de comunicação que valorizem produções e reflexos das histórias e dos saberes dos sujeitos do processo educativo:

[...] em nossas relações comunicacionais como professores e alunos, dentre outras, constatamos a presença cada vez mais forte do imaginário, das noções, das emoções que acionamos a partir da televisão, do vídeo, do computador e entremamos, em nossas práticas escolares, com meios de comunicação mais tradicionais (quadros-de-giz, livros, cartazes...). Essa presença entrelaçada de mídias, na escola, realiza-se por intermédio de seus próprios usuários -, ou seja, de alunos, professores, funcionários, pais -, que as elaboram numa multiplicidade de representações, em diversos níveis e modos (mais ingênuos, mais críticos etc). Isso se verifica, de determinadas maneiras, sem a presença nas salas de aula de equipamentos modernos de comunicação e, de outras maneiras, com a presença dos mesmos. (FUSARI, 2001, p.103)

A pesquisa entrevistou professores para entender como a Lei Nº10.639/03 é utilizada nas escolas por meio da tecnologia. Foi perguntado também se os professores, de modo geral, estão preparados para lidar com essa temática nas salas de aula.

***Pesquisadora:* Os professores estão preparados para abordar a lei com o auxílio da tecnologia? Os professores estão aptos a trabalhar com a temática?**

Professora Dirá: “Acho que a questão da tecnologia, principalmente trabalhando com a temática negra estão muito ligadas, então se a pessoa não sabe nem ao menos que há o conteúdo ela nem vai, por exemplo, utilizar recursos para pesquisar ou trazer formas diferentes de abordagem dentro da sala de aula, continuo falando da importância da formação. O que percebi como necessidade e elaborei um drive para trabalhar sequência de planejamento de uma temática, para começar a trabalhar com a questão da tecnologia e para que eu pudesse colocar em um único lugar links, pois até isso precisa ser facilitado, se você coloca para o professor que ele tem condição de trabalhar, por exemplo, na matemática, vamos pegar uma área difícil de inserir a temática nessa área, que é a de exatas. Existem pesquisas riquíssimas na USP por exemplo que trabalham noções de conteúdos da matemática ligados a princípios de jogos africanos, tem um pesquisador que tem um site chamado matemáfrica, com planos de aulas que ele disponibiliza para estudantes e professores. O que eu fiz para trabalharmos ano que vem, reunir todos esses links e separar por área numa plataforma, que chamam de plataforma, mas na verdade é um recurso do google drive.

Com uma sequência de planejamento que utilize esses links e também fazendo com que os professores tenham acesso a esse tipo de pesquisa. Para incluir essas pesquisas no seu planejamento. Coloquei no mesmo lugar, pois posso trabalhar nas ATPCs para o professor entender que pode usar esses recursos, como não temos ainda produção em grande quantidade para que o professor utilize em seus planejamentos reuni os links para que ele possa pesquisar e utilizar em suas aulas, inclusive junto com os estudantes. Porque é uma ferramenta facilitadora e o que o professor irá planejar, na semana de planejamento, temos três semanas de planejamento irá para o meu arquivo e terei acesso para fazer um acompanhamento

e sugerir alternativas com o objetivo de trazer mais mobilidade, usar os recursos tecnológicos para pesquisa e para o planejamento de aulas e também para que a direção e coordenação possa orientar o professor. Vamos tentar inserir esse projeto o ano que vem, o professor precisa dominar esses recursos para trazer informações além das que já temos acesso, além dessa dimensão estética e cultural, que é o que está visível e comum e também que tem mais aceitabilidade e quando você vai para a dimensão da produção do conhecimento o cenário se transforma. Como ainda não temos um material impresso em grande quantidade vamos ter que utilizar os recursos da internet para realizar esse tipo de trabalho.

A associação com a tecnologia e o preparo pretendemos fazer concomitantemente com os planos de aula, pois é nessa ferramenta que desenvolvi que os professores irão escrever os planos de aula, o plano de ensino e as aulas e fazer juntos, planejar as aulas nas ATPC's, pois tem professor aqui que trabalha três períodos e se você lança esse desafio provavelmente esse professor não terá tempo para pesquisar em sua casa. Queremos organizar dinâmicas para que ele tenha formação e também espaço para planejar aula porque se ele consegue fazer o planejamento e levar para a sala isso aos poucos vai ficando natural.

E os links que disponibilizei para pesquisa fui separando por área como; a matemática, ciências, sociologia, história, geografia são links que trabalham tanto a questão africana quanto a questão indígena”.

Professora Afonso:

“A vontade há de trabalhar o tema e também há possibilidade de trabalhar juntamente com o uso da tecnologia, na disciplina de língua portuguesa podemos abordar a Literatura Africana de língua portuguesa e seu valor histórico. Que muitas vezes é negligenciado pelos países lusófonos”.

Professora Ana: “Não é tarefa simples... levar os alunos para a sala de informática é um grande desafio, eles ficam amontoados, o barulho aumenta e é difícil coordenar as atividades dentro da sala de informática com essa possibilidade de material que temos. As poucas vezes que eu levei fiquei mais estressada do que na sala convencional porque exige um trabalho muito maior. Para fazer essa lei acontecer precisaríamos ter disponibilidade de material e formação do professor,

pois também não recebemos essa formação na universidade e também no processo continuado da secretaria da educação, eu por exemplo, desconheço onde a origem africana, cultura africana influência na matemática. Em 23 anos de profissão tive apenas um momento de contato com o jogo da mandala, que eu soube que fazia parte da cultura negra, do resto não tenho acesso a nada”.

Os professores entrevistados demonstraram distanciamento da temática racial, o que compromete a intencionalidade da proposta para educação étnico racial positiva. É possível perceber que o tema é restrito a questão de conteúdo compatível com sua disciplina e que, portanto, o recurso tecnológico – e sua possibilidade de enriquecer o repertório – é indiferente como meio/plataforma.

Essa análise, voltada para a ambiência escolar, fortalece a ideia de que todos os saberes são importantes e devem ser considerados no processo educativos. O foco restrito ao conteúdo de uma única disciplina desconsidera as possíveis trocas nos diálogos em sala de aula. Nesse sentido, Freire (2003) chama atenção para o fato de que “não há docência sem discência”, e traz um olhar que faz da ambiência um cenário positivo:

[...] ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos. Nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou ama a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro [...] Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que boniteza deve achar-se de mãos dadas com decência e com a serenidade. (FREIRE, 2003, Pgs.23,24)

Brandão (1989) também elucida a importância de uma ambiência escolar que foque em todas as questões que problematizem o processo educativos, e ideias apresentadas até aqui ao afirmar que “a educação necessita de modificações reais e de uma estrutura que se importe com o cenário social vigente.”

A representatividade dentro da ambiência escolar é o principal fator para a construção de auto estima para o adolescente, que identifica a escola como um ambiente também de socialização em sua realidade.

Além da família, a ambiência escolar é o meio para a construção social dos adolescentes. Uma escola que assume o papel de ser somente uma instituição que promove o conhecimento, afastada da realidade de sua comunidade escolar, não sustenta os pilares centrais de uma construção social igualitária. No Estado de São Paulo os principais pilares da educação formadora são: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver, Aprender a ser.

Os desgastes e a falta de autoestima dos estudantes são usados de forma que estes pilares sejam modificados ao retratar situações reais existentes na ambiência escolar e na realidade dos alunos e alunas.

O professor, situado atuando em situações de adversidade, não tem condições adequadas para poder retratar a diversidade existente na ambiência escolar; tanto por falta de conteúdo, quanto por falta de material para que se aplique os conteúdos que estão citados e detalhados no currículo oficial.

Mário Sérgio Cortella (2002) também traz a dimensão da importância de se ter contato com a realidade dos estudantes e com a ambiência de cada um.

Paulo Freire deu uma contribuição fundamental. Ele disse que deveríamos ter primeiro a leitura do mundo, para depois ter a leitura da palavra. Tínhamos de partir do universo significativo das pessoas para formá-las em outra direção. (CORTELLA, 2002, p.99)

Neste espaço de vivência e convivência coletiva a ambiência escolar acaba por ser não mais a prioridade na esfera do aluno e aluna adolescente. A experiência da construção diária de ensino e aprendizagem coletiva não é levada para os conteúdos da sala de aula. Dessa forma não são fundamentados o conhecimento e aprendizagem.

Um currículo que não auxilia na construção de diferenças étnicos raciais, sociais, culturais e da diversidade não oferece condições para que os alunos se identifiquem com aquele espaço.

Ambiência é um fator determinante de inserção do indivíduo nesta ou em qualquer realidade. Na educação o objetivo é entender a realidade em que se está inserido e utilizar a realidade como fonte de aprendizado para a mudança de visão, paradigmas e perspectivas tendo assim a junção dos conceitos teoria e prática.

São discursos que se repetem ao longo da vida estudantil principalmente para alunos negros que sofrem narrativas de exclusão em processos e na instituição escolar. Essas narrativas ultrapassam a sua perversidade ao se tornarem práticas comuns. Neste estágio é que compreendemos a forma mais perversa do racismo.

A dissertação também entrevistou professores para dimensionar a aplicabilidade da Lei 10.639/03 no contexto atual.

***Pesquisadora:* O currículo do estado possibilita a inserção da Lei 10.639/03 principalmente no material didático? Qual a sua visão da inserção da lei no currículo do estado?**

Professora Dirá: “Eu não vejo uma disposição dessa organização, do currículo do estado em trabalhar a lei , inclusive em 2008 quando começa a organização do Currículo Oficial do Estado e é quando as escolas começam a receber o caderninho e também quando os professores tem a sua pratica de planejar aulas retirada do seu oficio, porque a aula vem pronta. Não há uma disposição em cumprir a lei , se pegarmos o material de 2008 eles colocam isso de forma escrita, currículo que começa a ser elaborado a partir dos anos finais do fundamental e médio e somente depois trabalha com os anos iniciais, diz assim: “ optamos por fazer nenhuma alteração no currículo feito após os pcns elaborados em 1998.” Eu não vejo disposição, pois o currículo do Estado de São Paulo é um projeto político, ele é formatado para um tipo de cidadão, um tipo de sociedade, ele é pensando e organizado para isso. O Maicon Apple faz essa análise na década de 1980 e faz no contexto dos Estados Unidos e nós vemos isso muito claramente dentro do currículo que foi formado no estado de São Paulo. As habilidades e competências que foram desenvolvidas para o currículo estão muito relacionadas à dimensão procedimental, isto é formar estudantes que saibam executar tarefas e saibam se adaptar e ser semiqualificados ou minimamente qualificados para o mercado de trabalho. Então se é um currículo para formar o cidadão para o mercado de trabalho e o mercado exige certos padrões e de formação de sociedade, então não há um interesse em

tratar da diversidade e não é só o negro que está fora , é a questão indígena, a questão da mulher e questões ligadas aos temas de gênero, além da luta dos trabalhadores. Um currículo formado para adaptar as pessoas às questões capitalistas não tem intenção de tratar formações de identidade ou até mesmo o combater o racismo porque preciso de pessoas com certas características e com certas perspectivas para exercerem certas funções. Há um lugar social determinado para o negro e quem também contribui para manter o negro nesse lugar destinado a ele é a escola, é a escola pública e é onde está a maior parte dos estudantes pretos e pretas. É na escola pública que é o lugar de formação e um currículo com essa característica e com esse objetivo não tem disposição nenhuma de tratar a diversidade. Nós como educadores podemos assumir esse compromisso ético e cobrar do Estado , pois se ele determina e retira do professor aquilo que é do ofício dele, que é planejar sua aula, desenvolver , produzir e contribuir para produção de conhecimento ele precisa da garantia da formação , da garantia no material didático para que a temática seja tratada e isso precisa partir dos professores. Com as mudanças atuais no currículo e por conta da BNCC existe um movimento de formação do novo currículo e os professores estão sendo chamados para participarem dessa formação. O professor que já tem essa compreensão já está inserindo e dando sugestões nesse sentido, então o que vem a partir disto; essa época passamos pela maioria das escolas e talvez não percebemos um movimento grande ou uma inserção grande ,mas acho que é o momento agora de observar e se não houver uma mudança significativa temos que manifestar, pois se não brigarmos para contar nossa história ninguém irá contar. Devemos nos organizar como sociedade, como pessoas que também participam do sistema, como funcionários e servidores e educadores assumir o compromisso de cobrar inclusive que o estado dê condições porque o que está faltando é a formação, o estado não fornece essa formação específica. Estão descumprindo uma lei, inclusive é preciso haver uma denúncia. Não vejo essa disposição, agora independente disso nós precisamos fazer movimentos, nós que somos educadores e que estamos na escola precisamos sim, doa a quem doer, fazer movimentos para que mais e mais professores compreendam essa dinâmica e comecem a produzir aulas e sequências didáticas incluindo a temática afro-brasileira. O movimento que penso em fazer na escola é nesse sentido apoiar esse tipo de trabalho, a inserção ao longo do ano dentro dos

conteúdos, olhar para o currículo e a partir daí inserir nessa dimensão de cada área de conhecimento em que possa ser contemplado. É um trabalho de formiguinha, pois encontramos muita resistência do corpo docente. Como o material está pronto é preciso reconquistar ou trabalhar a questão da autoestima dos professores, pois se um cirurgião é formado para a função e só ele pode atender certa demanda ou fazer uma cirurgia, então só um professor pode planejar sua aula ou desenvolver. É de sua responsabilidade, portanto é necessário elaborar formações conjuntas, inclusive para isso. O currículo pode ser só um apoio e o professor precisa ter essa visão que ele também pode produzir conhecimento, ser um intelectual, ajudar a contribuir juntamente com os estudantes e com o compromisso ético inserir o que o currículo negligência. Não é uma tarefa fácil, pois tudo está muito facilitado para o professor em termos de planejamento de aulas. Então trabalhamos com um grupo que já tem essa visão e aos poucos vamos trazendo os outros profissionais, nessa escola tem um grupo muito bom de professores, dispostos e preocupados, além de serem conscientes do trabalho que exercem. Devemos investir e caminhar para uma produção dos planos de ensino, nesses quatro meses que estou na escola foi de observação e provocação. Só terei uma noção maior no desenvolver do trabalho, como irá ser e inclusive situações tensas irão surgir, dificuldades, quem irá precisar de apoio e até mesmo quem não quer apoio”.

Professora Afonso: “O currículo não aborda diretamente em nenhum momento a lei , tanto que na própria elaboração dele houve uma recusa do Estado e há um recurso falando que o governo teria aberto mão disso.

Portanto o currículo não aborda, somente é abordado através do conhecimento do professor sobre o tema”.

Professora Ana: “Olha, dentro da disciplina de matemática não temos o hábito de inserir a cultura afro dentro conteúdo da disciplina. De maneira geral a matemática não tem essa liberdade de expressão de fazer essas colocações a linguagem é mais formal, genérica, mas dentro do cotidiano escolar tentamos desenvolver a questão da aceitação do outro coo ele é, desenvolver a igualdade”.

Quando falamos na questão do racismo em ambiente escolar e a implantação da lei 10.639/03, os professores se sentem lesados sobre o respaldo do poder público para sua implementação. Os professores também relataram a

vulnerabilidade do corpo docente sobre o auxílio da diretoria de ensino da cidade de Bauru sobre essa temática. Não são oferecidos cursos para que haja uma interação sobre a questão da Lei 10.639/03.

Mas há um outro lado. A fala de alguns professores e professoras mostram que não há interesse por estes assuntos deixando bem explícito que não estão dando a devida importância a outras narrativas a não ser aquelas contempladas pelo livro didático.

Fator relevante também é a não identificação da instituição escola como um dos aparelhos reprodutores da ideologia racista do Estado. Isso faz com que as políticas afirmativas para a população negra não sejam consideradas necessárias e transformadoras. Isso quando não são veementemente negadas por convicção.

Sobre isso, Trindade (s/d) nos alerta para o fato de que todos e todas somos formados em nossas interações no mundo e com o mundo. E quando atuamos profissionalmente – professores e professoras – não escapamos de nossas percepções de mundo na maneira como interferimos na realidade com o outro. Por isso, a prática educativa para a construção de uma ambiência favorável ao respeito a diversidade cultural exige a consciência de que:

Temos como referência que qualquer caminho trilhado no sentido de lidar com a dupla diversidade - igualdade, com o foco na dimensão das diferenças humanas no cotidiano educacional, não será neutro, nem ideal, mas comprometido com nossas visões de mundo, com valores que incorporamos ao longo da nossa existência e tecido por concepções a respeito da vida. Ou seja, nossas visões, nossos parâmetros não estão deslocados do mundo, mas são social, política, histórica e ideologicamente determinados. O que não é sinônimo de fatalidade ou de passividade diante da vida, dos acontecimentos, da realidade. Talvez, um alerta para o fato de não sermos os “donos” da verdade. (TRINDADE, p.3)

A ambiência escolar aqui analisada é então construída sob essas bases: déficits na gestão dos processos, das pessoas e das plataformas para a educação das relações étnico raciais positivas. Esse cenário compromete a permanência de alunos negros e alunas negras

Fundamental neste contexto de buscar a aplicação de políticas afirmativas que possibilitem a mobilidade social da população negra através da educação, compreendendo a inclusão social e econômica dos pretos e pardos na produção de conhecimento, solicita a criação de meios que valorizem a cultura afro-brasileira através de ações efetivas que causem impacto real nos currículos do ensino público.

5. Escola

5.1 A escola como instituição social

O espaço escola é reconhecidamente próprio para o exercício da educação formal, apesar da possibilidade do processo educativo se concretizar em outros espaços – o que caracteriza a educação informal.

De acordo com Solange Demeterco (2006) a escola adquiriu grande importância a partir do século XVII, quando passa a ser o lugar oficial para a realização da “educação formal, que se diferencia da educação informal exatamente por seu caráter de intencionalidade, isto é, pelo fato de se organizar a partir de certas diretrizes (periodicidade, método, currículo, regulamentos..)”. (DEMETERCO, 2006, p.33)

A escola, o espaço oficial das práticas educativas formais, também é entendida como uma das instituições sociais do Estado, que:

[...] tem entre suas funções o controle social, exercido das mais diversas formas, dentro do sistema educacional. Mais ou menos autoritária, a escola terá as características da sociedade na qual se insere. Poderá ser mais ou menos democrática conforme seja do interesse das classes dominantes dessa sociedade. (DEMETERCO, 2006, p.54)

A reflexão sobre a instituição social escola direciona nosso olhar para uma estrutura criada para a transmissão de conhecimentos determinados, reforçando os limites e respeito a hierarquia social corpo docente, coordenação e direção, únicos detentores de saberes válidos.

Tal fato aponta para a percepção de que não são levadas em consideração as contribuições conjuntas de todo o universo escolar, que começa na faxina e passa por todos que utilizam este espaço. Cristaliza-se a ideia de que o conhecimento acadêmico é gerado por alguns, e não construído coletivamente.

A Educação é fundamental e a escola tem importância destacada como espaço para a produção do conhecimento sistematizado. Por isso, seus papéis são

observados em sociedade. O potencial transformador da Educação pode ser – e será – comprometido se a escola for reprodutora de “violências simbólicas”¹⁹:

[...] a Educação também pode se constituir num mecanismo de reprodução social, isto é, de manter e até mesmo legitimar as desigualdades sociais e de certa forma inviabilizar a mobilidade social [...] a camada dominante da sociedade impõe sua cultura aos demais segmentos da população, que acaba internalizando esses valores e desvalorizando os seus, sem se dar conta disso. Ao valorizar os valores, crenças, estilos de vida, hábitos e símbolos da camada dominante, a escola “legitima” essa cultura e impõe esses valores às demais camadas da sociedade, o que Bourdieu chamou de “violência simbólica”. (DEMETERCO, 2006, pg.59)

A ideia que se pretende alcançar quando se fala sobre o espaço escola ser de todos e que aprende quem quer, é valorização lógica meritocrática. Não existe a crítica sobre quem tem acesso ao ensino e que condições cada um tem para estudar. É a prática da violência simbólica da homogeneização.

Outro fator importante na escola analisada como instituição é seu papel como reprodutora dos mecanismos de opressão do Estado. De acordo GELEDÉS (2013), é possível identificar o racismo institucional quando há:

[...] o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (GELEDÉS, 2013, p.11)

Embora a instituição social escola apresente uma certa rigidez na análise da literatura escolhida para esta pesquisa, é importante retomar a ideia de que o mundo

¹⁹ BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

só se faz na presença e com a interação de seres humanos, por isso, tal rigidez não é impenetrável.

Uma das formas de atuar na Educação com reflexos na escola são as políticas públicas. A política afirmativa para a educação das relações raciais positivas é significativa para esta pesquisadora.

5.2 Escola e a questão étnico racial

A reflexão sobre a relação escola e a história da educação da população negra provoca a necessidade de combater o esquecimento sobre os mecanismos históricos que fizeram da escola um não lugar para essa população. Mas, apesar dessa memória de exclusão, traz também a memória sobre as identidades que merecem lembrança “pelas formas de resistência cultural, pela tradição da história resguardada pelas práticas educativas populares, pelos valores ancestrais perpetuados pela memória dos mais velhos.” (ROMÃO, 2005, pg.17)

É preciso ser debatida, neste momento, a inserção da cultura afro-brasileira dentro das esferas da sala de aula, não tratando como uma zona de conforto as questões abordadas pela Lei Nº 10.639/03, mas reivindicando como o negro foi base para a formação da sociedade brasileira e isso não é devidamente refletido na academia e nas instituições de ensino. As particularidades da cultura, o olhar sobre a construção coletiva, a ancestralidade, a oralidade, religiosidade. Nada disso é retratado nas universidades e nas escolas e de modo geral, na estrutura da sociedade.

O IBGE apresenta dados sobre a inserção do negro nas atividades acadêmicas e o que isso revela sobre o processo de escravidão, e posteriormente, abolição. O negro tratado como mercadoria não participava, pois não tinha as condições de humanidade e logo após o processo pós abolição foi deixado na margem social sem ter os mesmos acessos.

O quadro abaixo mostra as diferenças históricas entre negros, negras, brancos e brancas refletidas na contemporaneidade. As crianças negras têm um acesso muito menor a escolaridade, pois têm a necessidade de se ausentar das

salas de aulas para entrada no mercado de trabalho, participam assim da renda da família deixando em segundo ou terceiro plano a escolaridade.

INFOGRÁFICO 1. Taxa de Analfabetismo no Brasil

Taxa de analfabetismo em 2016

PNAD CONTÍNUA 2016

Branco

4,2%

Pretos ou pardos

9,9%

Em 2016, 1.835 crianças de 5 a 7 anos trabalhavam

PNAD CONTÍNUA 2016

Branca

35,8%

Pretas ou pardas

63,8%

Rendimento médio de todos os trabalhos

PNAD CONTÍNUA 2017

Branco

R\$ 2814

Pardos

R\$ 1606

Pretos

R\$ 1570

Taxa de desocupação

PNAD CONTÍNUA - 4º TRI 2017

Branco

9,5%

Pardos

14,5%

Pretos

13,6%

Fonte: Agência de Notícias do IBGE Acessado em 20 de fevereiro às 14:00

O gráfico aponta as diferenças que existem como reflexo do racismo sistêmico dentro da esfera educacional e como a taxa de analfabetismo na população preta e parda é superior a do branco. Os dados confirmam que a população preta e parda é prejudicada desde o primeiro contato com a ambiência escolar, e que têm suas leituras de mundo e narrativas retiradas do contexto de aprendizagem, relegadas aos índices mais baixos de escolaridade, trabalho e renda, por consequência.

O mesmo gráfico permite observar que as crianças entre 5 e 7 anos de idade, já estão inseridas no mercado de trabalho, dificultando ainda mais a inserção e a compreensão dentro da ambiência escolar, pois para estar dentro desse espaço o grau de barreiras são imensos.

Amauri Mendes Pereira aborda esse processo, mostrando uma narrativa negada da população negra em cenário brasileiro:

Será, todavia, que este silenciamento pune apenas as crianças negras? De imediato, e correspondendo a um sentido egoístico e pernicioso, pode-se dizer que sim – os que não se consideram negros (e mesmo muitos negros) acreditam, em geral, que o problema racial é um problema dos negros. É como se estes o portassem (talvez desde sempre) como algo intrínseco à sua personalidade, e cuja superação dependesse unicamente da superação dos seus próprios complexos, reduzindo questão tão complexa ao âmbito estritamente individual. Como questionar esta naturalização de fenômeno que guarda raízes históricas, por sinal permanentemente reificadas? Como convencer a todos que é imperativo romper o silêncio e a cultura que o produziu? Será possível falar-se em democracia na sociedade e em educação democrática sem enfrentar questões tão espinhosas, que vêm ferindo e distorcendo os processos de formação da consciência social e da identidade nacional brasileira? (PEREIRA, 2005, p.39)

A escola como ambiência de ensino e aprendizagem hostil reforça os discursos racistas que estão presentes na sociedade em que estamos inseridos, é o discurso que diariamente está presente nos livros didáticos e em toda a esfera da educação, quando não reconhece e valoriza a devida importância do trabalho com as diversas manifestações culturais nas esferas educacionais.

Como possibilidade de intervenção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a sanção da já conhecida Lei Nº 10.639/03 aprovou medidas fundamentais para que a cultura negra seja oferecida no ambiente escolar, sendo primordial para o reconhecimento e valorização da contribuição que a população negra tem na sociedade brasileira. Considerando que os “processos estruturantes e constituintes da formação histórica brasileira [...] estão arraigados no imaginário social” e atingem todos os grupos étnico-raciais, as diretrizes especificam que as estratégias educacionais de combate ao racismo deve estar presente no compromisso de professores e professoras, pois:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminação elaboradas como o objetivo de educação das relações étnico-raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se de sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de viver, de se relacionar com as outras pessoas [...] Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira. (BRASIL, 2005, p. 16)

A possibilidade da real aplicação da legislação que valoriza a história e cultura afro-brasileira, é um avanço significativo no movimento de educar para a cidadania valorizando uma sociedade multicultural e pluriétnica na direção de construção de uma nação democrática.

5.3 A escola como um espaço de possibilidade

É necessário fazer um reconhecimento do espaço físico da escola E.E. AZARIAS LEITE, para que desta forma possamos entender as questões abordadas por esta pesquisadora para a construção do seu material de estudo.

A Escola Estadual Azarias Leite Bauru, localiza-se no Bairro Dona Lili²⁰. Abaixo está a fachada principal da escola, arborizada e com uma pequena porta de passagem. Esta entrada é a entrada para a direção e para a secretaria onde encontra-se a vida funcional dos alunos, alunas professores e professoras da Unidade Escolar.

²⁰ A localização da Escola em alguns meios está como Jardim Dona Lili outras como Jardim Carolina e em outros momentos Coralina. Esta pesquisadora trabalhará com a localização no Dona Lili, pois este bairro é somente o quarteirão da Escola.

FOTOGRAFIA 5. Fachada da Escola Azarias Leite



FONTE: acervo pessoal

Já nos muros da escola encontra-se uma representatividade dos alunos conectada a realidade do Bairro.

FOTOGRAFIA 6. Muro de entrada da escola Azarias Leite Bauru



FONTE: acervo pessoal

No pátio escolar há o principal momento de interação das diferenças étnicas raciais, sociais e culturais. Por exemplo, no ano de 2018, nos corredores e no pátio escolar, foram retratadas importantes mulheres negras. Mesmo não fazendo um estudo mais detalhado podemos ver um grande número de alunas negras nos corredores. Neste processo de ambientação escolar nos muros da escola foram realizados murais com a presença da mulher negra na história e assim começaram a criar uma narrativa de importância da mulher no contexto social e cultural da escola.

FOTOGRAFIA 7. Mulheres negras também fazem História



FONTE: acervo pessoal

Dessa forma é apresentada a importância da prática educativa problematizadora de intervenção ao alcance do professor. Uma realidade negada pelos livros didáticos pode ser transformada em cenários que possibilitem um debate consciente sobre os temas.

Desta forma, a atividade proposta colabora para a desconstrução de “teorias” que ocupam as formulações de preconceitos, e evidencia o protagonismo dos sujeitos presentes nas estratégias de soluções positivas para a história de seu povo, como explica Nilma Lino Gomes (2010):

[...] enfatizar que os grupos humanos não são marcados por características biológicas, mas, sim, por processos históricos e culturais [...] refere-se a um grupo social cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, tradições, monumentos históricos e territórios. (GOMES, 2010, p.23)

Já a próxima imagem aborda a pessoa negra como protagonista das questões científicas tecnológicas desenvolvidas pelos próprios negros ao longo da história e que não são retratados nos documentos.

FOTOGRAFIA 8. Alforriando a História



FONTE: acervo pessoal

Essa é a construção de um cenário coletivo muito importante, pois para os alunos e a alunas é o espaço de conhecimento do outro e suas representatividades. Ao falar sobre escola é importante levar em consideração todas as construções sociais que este espaço gera, estabelecendo vínculos com a realidade, tanto para estudantes quanto para todos os funcionários da unidade. Ao pensarmos em uma Macro educação no Centro Oeste Paulista, analisamos a Diretoria de Ensino de Bauru²¹, que conta com o total de 53 (cinquenta e três) escolas localizadas na cidade de Bauru, 6 (seis) escolas na Cidade de Agudos, 1(uma) em Arealva, 1(uma)

²¹ Responsável pela organização, gerenciamento e divisões escolares órgão que tem como geris o processo de ensino e aprendizagem da sua responsabilidade supervisão. Localizada Rua Campos Salles, 9-43 – Vila Falcão – CEP: 17050-000 – Bauru, SP – Brasil | E-mail: debau@educacao.sp.gov.br | Telefone: (14) 3108-0000

em Avaí, 1(uma) em Balbinos, 1(uma) em Cabrália Paulista, 1(uma) em Duartina, 1(uma) em Iacanga, 6(seis) em Lençóis Paulista, 1(uma) em Lucianópolis, 1(uma) em Paulistânia, 2(duas) em Pirajuí, 1(uma) em Piratininga, 2(duas) em Presidente Alves, 1(uma) em Reginópolis, 1(uma) em Ubirajara e 4(quatro) na Reserva Indígena Araribá.

Para a construção desta pesquisa é importante conhecer os alunos e alunas envolvidos neste espaço escolar. O trabalho foi feito com questionário e utilizado como fonte de amostragem somente os que foram assinados e autorizados pelos responsáveis legais dos alunos e alunas. O 2ºA totalizou somente 16 autorizações e no 3ºA foram 11. Os termos de Consentimento, Assentimento e a pesquisa que foi dada para os alunos estão anexadas no fim da dissertação.

A escola deve ser entendida como um espaço coletivo, pois é um lugar que vários indivíduos se encontram. Ao mesmo tempo devemos pensar no individual, pois cada um, mesmo neste coletivo, tem as suas particularidades e cada aluno e aluna são indivíduos com diferentes graus de interação social. Estes indivíduos são individualmente um único ser, mas estão ocupando o mesmo espaço para uma construção social.

A escola não é um espaço físico de formas de abordagens educacionais, mas sim depois da família, a interação social com a cultura e a diversidade de uma sociedade.

A LDB afirma:

TÍTULO I – Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Este é o espaço de interação social que cada vez mais se torna um espaço de resistências. Para um domínio da natureza coletiva e do conceito de espaço escolar e diferenças existentes neste espaço físico.

A pesquisa questionou os professores sobre o grau de contato entre o universo escolar e a cultura negra.

***Pesquisadora:* Qual o contato que a comunidade tem com a cultura afro-brasileira e qual o estranhamento que isso causa nela?**

Professora Dirá: “Eu tive uma grata surpresa, pois estamos em um período muito tenso para tratar dessas questões na verdade mais tenso, pois sempre foi e nós entramos em um período e numa era absurda em que todos os preconceitos saíram do armário e que toda questão que já tinha uma resistência agora são atacadas e quando eu cheguei na escola e com algumas propostas para trabalhar a questão ainda este ano, para fomentar a discussão e especialmente nas questões ligadas ao grafite organizei para que acontecesse na Semana da Consciência Negra.

Esperiei reação, esperei mesmo porque sabia que viria, estranharia se não viesse, pois quem tem esse perfil de trabalhar a questão africana e não esperar nenhuma reação é porque está trabalhando errado. Esperei dos estudantes, pois não fiz um levantamento de quantos alunos estão ligados à religião protestante e é a religião que mais resiste na discussão dessa temática, mas eu sabia que seria uma grande quantidade que reagiriam, no entanto fiquei espantada pois não houve essa reação o que temos é um comentário ou outro em especialmente ligados ao grafite, pois já causaria um impacto o grafite dentro da sala de aula, ocupando uma parede inteira, já imaginava que causaria, inclusive de professores.

A orientação para os parceiros grafiteiros, que maravilhosamente desenvolveram esse projeto era que tratassem de temas ligados às questões de gênero, raciais, questões que gerassem debates e eles fizeram isso de forma brilhante. Temos muitos painéis com temas da questão indígena e da questão africana. Eu fiz um compartilhamento nas redes sociais de todos os painéis, eu nunca vi uma postagem ter tanto compartilhamento quanto essa e com resultados extremamente positivos.

Duas mães entraram em contato pedindo para conhecer os grafites e também ver a exposição da Semana da Consciência Negra , mães da comunidade escolar, que falaram pessoalmente o quanto estavam encantadas com o grafite e que se sentiram representadas no ambiente escolar. As reações contrárias estão acontecendo de uma forma pequena e com pouca força diferente do que eu esperava. Isso prova que há uma disposição sim de parte da comunidade que esses temas sejam trabalhados , penso que conseguiremos combater o preconceito religioso quando eles perceberem que ninguém vai tratar da questão da religião na perspectiva de doutrinação, mas sim na perspectiva histórica , da existência, assim como todas as outras podem ser tratadas na perspectiva histórica. Trazer os pais para observarem, como estamos no final do ano levei para os professores a sugestão que abram para os pais para eles terem contato com o que é trabalhado na escola. Iremos ampliar essa exposição, que se tornaram exposições permanentes e as outras que são móveis.

Duas professoras por exemplo; já trabalham os grafites em sala de aula, especificamente os que abordam a questão indígena, mudaram a disposição das salas de aula pela primeira vez as carteiras não estavam voltadas para a lousa e sim para o grafite. É algo que irá inflamar sim, mas nesse momento , que é o mais tenso e que eu já esperava uma reação e aguardava pronta para receber todo o tipo de tratamento negativo e não houve tal reação. A reação mais significativa veio de um professor , que tem como pano de fundo sim a questão racial, eu não vou fechar os olhos para isso, mas não é com discurso que combatemos o racismo é com formação e mesmo quando vier da comunidade , pois sem que nem tudo são flores, nem sempre teremos uma reação positiva precisamos estar preparados , pois as pessoas precisam ser formadas, a escola se quiser um apoio maior precisa se comprometer com a formação de quem não está na dentro da escola todos os dias. Tem que ter disposição para desenvolver um trabalho nesse sentido, já fiquei contente com essas reações porque esperava outras”.

Professora Afonso: “A comunidade escolar é bem ausente então não temos tanto estranhamento nesse sentido. Os maiores problemas que existem são quando abordamos temas que envolvem a religião de matriz africana. Há alguns casos que os pais não aceitaram esse tipo de abordagem”.

Professora Ana: “Eu acho que a comunidade aqui não é tão atuante, em reuniões de pais há pouca frequência, falta muito a interação escola e comunidade. Vamos esperar o próximo ano com uma nova direção a melhora desse quadro”.

Os professores entrevistados reconhecem a importância de atividades que proporcionem alterações positivas nas percepções dos estudantes e corpo docente. Também pontuaram que a formação para temas que implicam na transformação das visões de mundo, são importantes para professores e professoras. Os docentes ainda apontam que a participação da comunidade é fator facilitador na criação de ambiências para práticas educativas que contemplem a valorização das diversidades, respeito ao outro e o caminho para uma educação antirracista.

6. Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi retratar a realidade existente na esfera educacional, trabalhando assim, em particular, com a Escola Estadual Azarias Leite na cidade de Bauru.

Esta dissertação foi dividida em cinco capítulos fundamentados na construção de entendimento da pesquisa: Racismo, Ambiência e Escola.

Também foram trabalhadas algumas transcrições de professores e professoras que participaram do processo de pesquisa. Nenhum deles terá os nomes divulgados em respeito à sua trajetória e à sua prática docente, que não tem a devida valorização dos governos Federais, Estaduais e Municipais.

As transcrições desses profissionais foram representadas fielmente como nas entrevistas, disponíveis no apêndice desta dissertação, mas utilizando nomes fictícios.

Nestas considerações finais, irei falar em primeira pessoa, pois dentro deste processo, os capítulos foram estruturados de acordo com a realidade que vivi durante o meu processo educacional, que se iniciou na pré-escola e seguiu até a pós-graduação, passando por momentos que se repetiram ciclicamente, trazendo à importância de se discutir as diferenças étnico-raciais que estão na ambiência escolar. Neste contexto, são fundamentais as discussões dentro do espaço escolar envolvendo todo aquele que pertence a este universo. O ensino não é uma via de uma mão única e a construção do conhecimento precisa ser valorizada como principal construção de respeito mútuo.

Com o decorrer dos dias, lendo e vendo realmente o que é o racismo institucional, deparei-me com manifestações de atos ocorridos na minha infância que seguem ocorrendo no presente e seus reflexos no ensino superior, como sinalizei na introdução deste trabalho.

No meio do ano de 2002 estava cursando a oitava série do ensino fundamental na Escola Municipal Santa Maria²², em um grupo de alunos com intuito de ingressar no Colégio Técnico Industrial (CTI). Uma professora da disciplina de matemática resolveu dar aulas de reforço escolar para os alunos que quisessem realizar as provas para este colégio. No dia, fiquei muito feliz com essa possibilidade, pois sempre tive muita dificuldade na disciplina de matemática, o que atrapalhou o meu processo de formação criando até hoje um bloqueio de não aceitação da disciplina. Ao final da aula fui até a professora e pedi para fazer parte do reforço escolar para o CTI. A fala desta profissional foi a seguinte: “Você acha que tem condições de passar neste colégio?”. Como ainda era uma criança, não entendi o motivo desta fala, mas decidi estudar sozinha e tentando mesmo assim superar minhas dificuldades somente com livros didáticos. No final do mesmo ano realizei a prova e fui aprovada. Mas esta questão ficou durante vários anos adormecida, na qual eu não achava respostas para a fala daquela professora. Pois, até aquele momento, eu não sabia o que era racismo e como a fala daquela educadora poderia trazer consequências para a minha transformação como sujeito.

Ao me deparar com as leituras realizadas durante o mestrado, fui capaz de entender a questão que retrata a mulher negra e os impactos que o racismo institucional nos condiciona para o enfrentamento diário na academia e nos meios sociais de formação de identidade, que são enfatizados no ensino público, e a formação de um currículo de formação educacional.

Neste momento fui capaz de avaliar toda a abordagem de uma educação que não achava relevante à história da população negra. E como essa forma de ensino é levada a todas as esferas educacionais, chegando até a graduação em um amadurecimento sistemático e com uma análise real, baseadas nos dados que com o decorrer do processo de identidade de uma mulher negra com acesso a uma Universidade pública, foi possível assim entender as dimensões das dificuldades de inserção das culturas étnicos raciais no ensino e aprendizagem da população.

As narrativas omitidas dentro da educação são pensadas diretamente para que aconteça a falta de autoestima desta população negra, que é em suma, a maior

²²Atualmente localizada: rua Assunção, 5-11 - Vila Santa Luzia, mas antigamente ficava na vila Cardia rua: Presidente Kennedy, escola de escola de primeiro e segundo dos anos fundamentais sendo de primeira série do fundamental até atualmente nono ano do ensino fundamental grau Municipal.

população brasileira segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). Entretanto o material de ensino e aprendizagem não abordam essas questões, dificultando assim, a compreensão das diferenças sociais existentes na educação, pois fica difícil compreender as dificuldades encontradas na sociedade.

É importante ressaltar como as narrativas dos negros acabam sendo negligenciadas a todo momento, não sendo abordadas e não abrangendo uma esfera mais comum social, levando a falta de compreensão dos professores e professoras para que haja inserção da Lei Nº 10.639/03. A falta de estímulo aos docentes aumenta as narrativas do cenário e o racismo continua sendo diariamente praticado, ausentando as questões culturais e étnicos raciais.

No primeiro momento foi abordado o racismo e seus efeitos nas esferas educacionais e a dificuldade de se trabalhar dentro do ensino e aprendizagem. Em um segundo momento foram trabalhadas as questões da ambiência e a importância dessa discussão, pois ela está presente em todos os momentos de composição dos aspectos físicos e sociais da escola e de seus indivíduos, desde o momento da sua entrada até sua saída, entendendo que a escola é um ambiente múltiplo onde há junção de pessoas, culturas, realidades sociais e identidade.

Com um cenário tão diferenciado e com relações externas de emoções e ações coletivas, acaba como uma ambiência social comunitária. Os desafios da escola neste contexto passam justamente pelo fato deste espaço não retratar as diversas realidades ali presentes e toda a esfera política, social, cultural e de espaços onde podemos mostrar a experiência social.

A pesquisa observou o relato do corpo docente sobre a realidade da comunidade em que está inserida: a reclamação do corpo docente é a falta de participação da comunidade para que haja uma interação com a escola - corpo social daquela região. Importante pensar quais são as possibilidades que a escola oferece para proporcionar uma abertura do agrupamento social, de modo a inserir na ambiência, quais os aspectos em que a escola construiu para que haja essa participação.

Quais as narrativas dentro daquela ambiência fazem com que a comunidade se sinta inserida juntamente com a escola e como é a posição do professor e

professora sobre a realidade do bairro. É necessário que estes profissionais conheçam todas as narrativas para criar uma relação dinâmica com a comunidade escolar. Dentro da construção do espaço escolar há o envolvimento de todos que realizam as atividades rotineiras da escola. Isso possibilita dimensionar a real necessidade de se preservar a história daquele espaço em comum.

Como a todo o momento nossas narrativas são silenciadas, é importante ressaltar que de acordo com Kabengele Munanga organizador do livro “Superando o racismo na escola”, o olhar de uma escola vinculada às matrizes culturais diversificadas, faz com o que nossa formação cultural de valorização a cultura e ao indivíduo seja revista e repensada, valorizando assim as diferenças existentes, não objetificando as relações de diferenças culturais e étnicas raciais encontradas dentro das escolas, reconhecendo, entretanto, as heranças históricas, não inferiorizando nenhuma contribuição para a educação formal, sendo desta maneira essencial para construção de ações que nos possibilite um pensar coletivo sobre as realidades da Escola Estadual Azarias Leite.

Outro aspecto fundamental de se pensar dentro da realidade do docente é como este profissional pode proporcionar a mudança necessária para um ensino e aprendizagem eficiente entre os estudantes, professor e professoras. Para que, deste modo, a ambiência não seja somente uma interação de uma única mão, mas de uma importância social real de indivíduos de múltiplas realidades. O indivíduo começa a não ver a realidade retratada naquele cenário e começa a sentir um estranhamento e uma não aceitação do espaço como um coletivo, pois suas questões não são retratadas e não encontram representação nas esferas. Dessa forma, se torna difícil o entendimento sobre a principal razão para se criar laços sociais, ético e cultural com a ambiência escolar.

A confusão começa quando separamos o contexto de escola e de ambiência escolar, conceitos distintos. A ambiência é a questão racial, cultural e social de interação dos indivíduos. Já a escola vem como as questões físicas, estruturais e acadêmicas de uma esfera que se tornará uma ambiência.

É quando surgem as interrogações sobre a importância das leis na atual conjuntura política e como cada professor e professora lida com o ensino dentro da realidade governamental.

Para que seja feita uma mudança relativamente considerável dentro dos espaços de educação, é necessária uma política inclusiva, não como uma via de mão única, mas sim uma política que esteja inserida na realidade do estudante, professor, professora e tudo que está posto neste universo.

Com isso é primordial a inserção dos temas para deixarmos de ser a exceção para ser um fato conhecido não apenas de uma realidade, mas sim de realidades diferentes. Aspectos sociais e culturais que sejam relativamente importantes, não somente para o corpo docente, como também para a vida da população onde a escola está inserida. É necessário que esse pensamento se dissemine entre as diretorias de ensino do Estado de São Paulo para a realização de políticas públicas, visando à participação de todos nas atividades de formação, não sendo apenas somente um currículo que determina a ação dos professores e professoras, mas que as realidades sejam trazidas para o ensino e aprendizagem.

Sugiro que, neste contexto, a diretoria de ensino proporcione mais cursos para que os professores e professoras se atualizem e para que cada profissional entenda a realidade em que está inserido. O que se espera, portanto, é um investimento em pesquisas que ofereça suporte às práticas educacionais que privilegiem o diálogo entre as múltiplas identidades e valores, que compõem a teia social brasileira.

Durante a pesquisa observou-se algumas necessidades importantes para poder sanar o problema de inserção da Lei Nº 10.639/03 na educação básica do Brasil. A pesquisa aponta para algumas sugestões que poderão ser debatidas entre os pesquisadores desta temática:

- Criar mecanismos para que os professores e professoras aprendam permanentemente a importância da lei e como aplicá-la em sala de aula;
- Criar mecanismos de cursos de educação permanente para professores e professoras para que possam se atualizar no que está sendo discutido dentro do cenário;
- Mapeamento e experiências pedagógicas de profissionais que atuam com a temática sobre o ensino Afro-brasileiro;

- Articular entre os sistemas de ensino e estabelecimentos de ensino superior, comunidade e conselho da comunidade negra atividades para visibilidade da cultura Afro-brasileira;

- Planejamento e formação contínua para professores e professoras em grupos de trabalho sobre a implantação de políticas para relações étnico-raciais;

- Inclusão e discussão sobre as questões étnico-raciais no currículo do Estado;

- Criar plataformas móveis para que se tenha uma discussão sobre as relações étnico-raciais;

- Inclusão de documentos, planos pedagógicos e das normas nesta rede de plataformas;

- Criação de conselho escolar e comunitário para combate do racismo e da discriminação.

Havendo também uma necessidade de autonomia ao se estudar a Escola Azaria Leite Bauru, podemos agir de uma microesfera educacional para uma macroesfera, partindo da realidade abordada por esta escola para outras escolas de outras localidades.

Um aspecto importante para se ressaltar é a falta de pesquisa de alguns agentes da educação, que em sua grande maioria, não encontram tempo nem mesmo motivação para continuar os estudos. A falta de tempo para um professor e professora do Estado se dá, pois, estes geralmente lecionam em duas ou mais escolas para ter uma renda fixa necessária para uma boa qualidade de vida.

Esta é a realidade do professor e professora dos cursos oferecidos pelo Estado, que na maioria das vezes, não condiz com a necessidade financeira e também em grau de importância para o professor. Na maioria das vezes o educador não consegue ver as necessidades da continuidade dos estudos deixando de lado a realidade da população em que vive. Isto pode ser observado no estudo de caso da escola Azarias Leite, na qual grande parte dos professores e professoras sentem-se desmotivados pelo sistema para continuar os seus estudos, pois acham que mesmo

realizando isso, não têm melhoras na sua realidade financeira (esta questão ficou juntamente ligada ao caderno de bordo realizado por esta pesquisadora).

Estes temas deverão ser retomados no futuro, talvez em uma pesquisa de doutorado, para uma contribuição com os pesquisadores que fale sobre a educação e racismo na ambiência escolar, discutindo como a política pública, não somente na área da Educação, mas sendo trabalhada em parceria com os sindicatos dos professores do município e estadual, visando uma qualidade de ensino e aprendizagem em toda a esfera social. Isto será capaz de criar uma ambiência em toda a cidade, por meio da utilização das questões religiosas de matrizes africanas juntamente com centros de Umbanda e Candomblé para que haja um olhar crítico sobre a importância do sagrado dentro do ensino afro-brasileiro.

ANEXOS

ANEXOS A– DOCUMENTO SOBRE A LEI 10.639/03.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

ANEXO B- DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL (UNESCO)

Reafirmando o seu compromisso com a plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e noutros instrumentos universalmente reconhecidos, designadamente os dois Pactos Internacionais de 1966 relativos, respectivamente, aos direitos civis e políticos e aos direitos económicos, sociais e culturais,

Recordando que o Preâmbulo do Ato Constitutivo da UNESCO afirma "(...) que a difusão da cultura e a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade humana e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com espírito de assistência mútua",

Recordando também o seu Artigo primeiro que, entre outros objetivos, incumbe a UNESCO de recomendar "a celebração dos acordos internacionais que entender convenientes para promover a livre circulação de ideias, tanto pela palavra como pela imagem",

Referindo-se às disposições relativas à diversidade cultural e ao exercício dos direitos culturais que figuram nos instrumentos internacionais promulgados pela UNESCO[1],

Reafirmando que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças[2],

Constatando que a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber,

Verificando que o respeito pela diversidade das culturas, a tolerância, o diálogo e a cooperação, num clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais,

Aspirando a uma maior solidariedade fundada no reconhecimento da diversidade cultural, na consciência da unidade do género humano e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais,

Considerando que o processo de globalização, facilitado pela rápida evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, apesar de constituir um desafio para a

diversidade cultural, cria condições para um diálogo renovado entre as culturas e as civilizações,

Consciente do mandato específico confiado à UNESCO, no seio do sistema das Nações Unidas, para assegurar a preservação e a promoção da fecunda diversidade das culturas,

Proclama os seguintes princípios e adota a presente Declaração:

IDENTIDADE, DIVERSIDADE E PLURALISMO.

Artigo 1º – A diversidade cultural, património comum da humanidade.

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade manifesta-se na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para o género humano como a diversidade biológica o é para a natureza. Neste sentido, constitui o património comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.

Artigo 2º – Da diversidade cultural ao pluralismo cultural

Nas nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir a interação harmoniosa e a vontade de viver em conjunto de pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas. As políticas que favorecem a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta forma, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que nutrem a vida pública.

Artigo 3º – A diversidade cultural, fator de desenvolvimento.

A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha à disposição de todos; é uma das origens do desenvolvimento, entendido não apenas em termos de crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória. DIVERSIDADE CULTURAL E DIREITOS HUMANOS

Artigo 4º – Os direitos humanos, garantes da diversidade cultural.

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito pela dignidade da pessoa humana. Implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e

os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance.

Artigo 5º – Os direitos culturais, enquadramento propício à diversidade cultural.

Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, os quais são universais, indissociáveis e interdependentes. O desenvolvimento de uma diversidade criativa exige a plena realização dos direitos culturais, tal como são definidos no artigo 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos artigos 13º e 15º do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Qualquer pessoa deverá poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que desejar e, em particular, na sua língua materna; qualquer pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; qualquer pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer as suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

Artigo 6º – Rumo a uma diversidade cultural acessível a todos.

Ao assegurar a livre circulação das ideias através da palavra e da imagem, deve-se zelar para que todas as culturas se possam expressar e dar a conhecer. A liberdade de expressão, o pluralismo.

dos meios de comunicação, o multilinguismo, a igualdade de acesso às expressões artísticas, ao conhecimento científico e tecnológico – inclusive em formato digital - e a possibilidade, para todas as culturas, de estar presente nos meios de expressão e de difusão, são garantias de diversidade cultural.

DIVERSIDADE CULTURAL E CRIATIVIDADE

Artigo 7º – O património cultural, fonte da criatividade.

Qualquer criação tem por origem as tradições culturais, mas apenas se desenvolve plenamente em contacto com outras culturas. É por esta razão que o património, em todas as suas formas, deverá ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, de modo a fomentar a criatividade em toda a sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas.

Artigo 8º – Os bens e serviços culturais, mercadorias de um tipo diferente.

Perante as mudanças económicas e tecnológicas atuais, que abrem amplas perspectivas para a criação e a inovação, deve-se prestar uma atenção particular à diversidade da oferta criativa, ao justo reconhecimento dos direitos dos autores e artistas, bem como ao carácter

específico dos bens e serviços culturais que, na medida em que são portadores de identidade, de valores e de sentido, não devem ser considerados como meras mercadorias ou bens de consumo.

Artigo 9º – As políticas culturais, catalisadoras da criatividade.

Ao mesmo tempo que asseguram a livre circulação das ideias e das obras, as políticas culturais devem criar condições propícias para a produção e a difusão de bens e serviços culturais diversificados, através de indústrias culturais que disponham de meios para se desenvolverem aos níveis local e mundial. Compete a cada Estado, respeitando as obrigações internacionais, definir sua política cultural e aplicá-la utilizando os meios de ação que considere mais adequados, através de apoios concretos ou de quadros normativos apropriados.

DIVERSIDADE CULTURAL E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Artigo 10º – Reforço das capacidades de criação e de divulgação à escala mundial Face aos desequilíbrios que atualmente se verificam nos fluxos e intercâmbios de bens culturais à escala mundial torna-se necessário reforçar a cooperação e a solidariedade internacionais destinadas a permitir que todos os países, em particular os países em vias de desenvolvimento e os países em transição, estabeleçam indústrias culturais viáveis e competitivas nos planos nacional e internacional. Artigo 11º – Estabelecimento de parcerias entre o sector público, o sector privado e a sociedade civil.

As forças do mercado, por si só, não garantem a preservação e a promoção da diversidade cultural, a qual constitui condição fundamental para um desenvolvimento humano sustentável. Nesta perspectiva, convém reafirmar o papel fundamental das políticas públicas, em parceria com o sector privado e a sociedade civil.

Artigo 12º – O papel da UNESCO A UNESCO, em virtude do seu mandato e das suas funções, tem a responsabilidade de:

- a) promover a incorporação dos princípios enunciados na presente Declaração nas estratégias de desenvolvimento elaboradas no seio das diversas entidades intergovernamentais;
- b) constituir um ponto de referência e de articulação entre os Estados, os organismos internacionais governamentais e não-governamentais, a sociedade civil e o sector privado para a elaboração conjunta de conceitos, objetivos e políticas a favor da diversidade cultural;

c) prosseguir a sua ação normativa, bem como ações de sensibilização e de desenvolvimento de competências nas áreas relacionadas com a presente Declaração, dentro da sua esfera de competências;

d) facilitar a aplicação do Plano de Ação, cujas linhas gerais se encontram anexas à presente Declaração.

LINHAS GERAIS DE UM PLANO DE AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DA UNESCO SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL.

Os Estados-membros comprometem-se a tomar as medidas apropriadas para difundir amplamente a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural e fomentar a sua aplicação efetiva, cooperando, em particular, com vista à realização dos seguintes objetivos:

1. Aprofundar o debate internacional sobre os problemas relativos à diversidade cultural, especialmente os que se relacionam com o desenvolvimento e o seu impacto na formulação de políticas, à escala tanto nacional como internacional; em particular, aprofundar a reflexão sobre a conveniência de elaborar um instrumento jurídico internacional sobre a diversidade cultural.

2. Progredir na definição dos princípios, normas e práticas, tanto a nível nacional como internacional, bem como nos meios de sensibilização e nas formas de cooperação mais propícias à salvaguarda e à promoção da diversidade cultural.

3. Favorecer o intercâmbio de conhecimentos e de boas práticas sobre pluralismo cultural, tendo em vista facilitar, em sociedades diversificadas, a inclusão e a participação de pessoas e grupos de ambientes culturais variados.

4. Progredir na compreensão e na clarificação do conteúdo dos direitos culturais, enquanto parte integrante dos direitos humanos.

5. Salvaguardar o património linguístico da humanidade e apoiar a expressão, a criação e a difusão no maior número possível de línguas.

6. Fomentar a diversidade linguística - respeitando a língua materna - em todos os níveis da educação, de todas as formas possíveis, e estimular a aprendizagem do multilinguismo desde a mais tenra idade.

7. Promover, por meio da educação, uma tomada de consciência do valor positivo da diversidade cultural e adequar a esse fim tanto a formulação dos programas escolares como a formação dos docentes.

8. Incorporar no processo educativo, quando apropriado, métodos pedagógicos tradicionais para preservar e otimizar métodos culturalmente adequados de comunicação e de transmissão do saber. 9. Fomentar a “alfabetização digital” e promover as competências nas novas tecnologias da informação e da comunicação, que devem ser consideradas simultaneamente disciplinas de ensino e instrumentos pedagógicos capazes de fortalecer a eficácia dos serviços educativos.

10. Promover a diversidade linguística no ciberespaço e fomentar o acesso gratuito e universal, através das redes mundiais, a todas as informações de domínio público.

11. Lutar contra o hiato digital - em estreita cooperação com os organismos competentes do sistema das Nações Unidas - favorecendo o acesso dos países em vias de desenvolvimento às novas tecnologias, ajudando-os a dominar as tecnologias da informação e facilitando a circulação electrónica dos produtos culturais endógenos e o acesso de tais países aos recursos digitais educativos, culturais e científicos disponíveis à escala mundial.

12. Estimular a produção, a salvaguarda e a difusão de conteúdos diversificados nos meios de comunicação e nas redes mundiais de informação e, para tal, promover o papel dos serviços públicos de radiodifusão e de televisão na elaboração de produções audiovisuais de qualidade, favorecendo, particularmente, o estabelecimento de mecanismos de cooperação que facilitem a difusão de tais produções.

13. Elaborar políticas e estratégias de preservação e valorização do património cultural e natural, em particular do património oral e imaterial, e combater o tráfico ilícito de bens e serviços culturais.

14. Respeitar e proteger os sistemas de conhecimento tradicionais, especialmente os das populações autóctones; reconhecer a contribuição dos conhecimentos tradicionais para a proteção ambiental e a gestão dos recursos naturais e favorecer as sinergias entre a ciência moderna e os conhecimentos locais.

15. Apoiar a mobilidade de criadores, artistas, investigadores, cientistas e intelectuais e o desenvolvimento de programas e parcerias internacionais de investigação, procurando, simultaneamente, preservar e incrementar a capacidade criativa dos países em vias de desenvolvimento e em transição.

16. Garantir a proteção dos direitos de autor e dos direitos conexos, por forma a fomentar o desenvolvimento da criatividade contemporânea e uma remuneração justa do trabalho criativo, defendendo, simultaneamente, o direito público de acesso à cultura, em conformidade com o Artigo 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

17. Apoiar a criação ou a consolidação de indústrias culturais nos países em desenvolvimento e nos países em transição e, com este propósito, cooperar no desenvolvimento das infra-estruturas e das competências necessárias, promover a criação de mercados locais viáveis e facilitar o acesso dos bens culturais desses países ao mercado mundial e às redes de distribuição internacionais.

18. Elaborar políticas culturais que promovam os princípios inscritos na presente Declaração, incluindo mecanismos de apoio à execução e/ou quadros normativos apropriados, no respeito pelas obrigações internacionais de cada Estado.

19. Envolver os diferentes sectores da sociedade civil na definição das políticas públicas de salvaguarda e promoção da diversidade cultural.

20. Reconhecer e fomentar o possível contributo do sector privado na valorização da diversidade cultural e facilitar, com essa finalidade, a criação de espaços de diálogo entre o sector público e o privado.

Os Estados-membros recomendam ao Diretor-Geral que, ao executar os programas da UNESCO, tenha em consideração os objetivos enunciados no presente Plano de Ação e que o comunique aos organismos do sistema das Nações Unidas e demais organizações intergovernamentais e não governamentais interessadas, por forma a reforçar a sinergia entre as medidas que forem adoptadas a favor da diversidade cultural. [1] Entre os quais figuram, em particular, o acordo de Florença de 1950 e seu Protocolo de Nairobi de 1976, a Convenção Universal sobre Direito de Autor, de 1952, a Declaração dos Princípios de Cooperação Cultural.

ANEXOS C– Termo de Consentimento Livre Esclarecimento (TCL)

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA CAMPUS DE BAURU

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC).

“Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia (PPGMiT)”.

Termo de Consentimento Livre Esclarecimento (TCL)

Bauru, 16 de Julho de 2018.

Caro Docente , estamos lhe convidando para participar do trabalho intitulado **“AMBIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO.”**O objetivo do trabalho é identificar e analisar os conflitos na escola e como é a dinâmica do corpo docente sobre a diversidade e o racismo no ambiente escolar.

A participação irá ajudar outras pessoas a entender o que são os conflitos e o enfrentamento no ambiente escolar, a pesquisadora sem participação na metodologia de cada professor irá observar a maneira que cada profissional lida com essa questão e como cada aluno participante enfrenta a sua realidade e quais as práticas de cada educando. As aulas serão desenvolvidas e acompanhadas normalmente sem manifestação do pesquisador. Caso aceite, o pesquisador irá desenvolver um diário de classe de cada

momento sobre essa temática anotando as ações e reações de cada aluno e como é trabalhado esses conflitos no ambiente escolar professor, aluno e direção.

Não havendo riscos da pesquisa estão vinculados à forma que se é trabalho a questão do racismo e a diversidade na escola, dinâmicas comumente desenvolvidas nas aulas.

Não é obrigatória a participação no trabalho se não quiser.

O pesquisador responsável por este estudo irá realizar as atividades sobre conflitos através de diários de classe, e, questionário ao professor no momento mais oportuno .

Caso você não entenda ou não goste de qualquer situação durante as aulas, ou tenha alguma dúvida sobre a pesquisa, você pode procurar o professor/pesquisador MEIRIANE JORDÃO DA SILVA pessoalmente ou pelo telefone (14) 99641-8673.

Não vamos falar seu nome/identificação em nenhum lugar, nem repassaremos suas informações a qualquer outra pessoa. O que você fizer ou falar durante a pesquisa ficará guardado em local seguro e arquivado pelo professor/pesquisador.

Os seus direitos como pessoa serão respeitados, seguindo as orientações da resolução nº 466 de dezembro de 2012 do CNS, ela fala sobre o respeito ao ser humano.

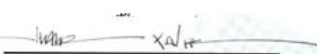
Eu _____ autorizo o participar do trabalho **“AMBIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO.”**.

Assinatura do responsável

Assinatura do pesquisador

Nome do Orientador: JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER

E-mail: juarez.xavier@unesp.br



Orientador
Prof. Dr. JUAREZ DE PAULA XAVIER

Nome do Pesquisador Responsável: MEIRIANE JORDÃO DA SILVA

Fone: (14) 99641-8673

E-mail: mejordaosilva@gmail.com

Assinatura _____

Contato do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências/UNESP/Bauru

Coordenador: Prof. Dr. LUIZ ANTONIO VASQUEZ HELLMEISTER

Fone: (14) 3103-4825

E-mail: sta@faac.unesp.br

ANEXOS D– TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

NOME _____ DO _____ PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/____. IDADE: ____

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **AMBIÊNCIA DE APRENDIZAGEM DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO**. O objetivo deste trabalho é identificar e analisar os conflitos na escola e como é a dinâmica do corpo docente sobre a diversidade e o racismo no ambiente escolar. não tendo assim risco previsível para o aluno e para o corpo docente . O projeto de pesquisa será conduzido por **MEIRIANE JORDÃO DA SILVA**, do Programa de Pós-Graduação em **MÍDIA E TECNOLOGIA**, orientado pelo Prof(O) DRº **JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação/UNESP/Bauru. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Bauru, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura: _____

Prof. (º) DRº Juarez Tadeu de Paula Xavier

Endereço: Av. Eng. Luís Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa, Bauru - SP, 17033-360

E-mail: juarez.xavier@unesp.br

Orientador
Prof. Dr. JUAREZ DE PAULA XAVIER

Nome: Meiriane Jordão da Silva

Pesquisador Participante/RG:32.688.841-x

Assinatura : _____

Endereço: rua engenheiro João Batista Pacheco Fantin 2-62 José Regino cep 17032-780

Tel: (14)99641-8673

E-mail: mejordaosilva@gmail.com

ANEXOS E– PESQUISA

Caro colaborador,

Esta pesquisa está dividida em três partes. A primeira parte solicita dados pessoais; a segunda parte é um questionário a respeito de seus hábitos de uso da Internet e a terceira é uma escala de opinião a respeito de diversos temas.

Você não será identificado em nenhum momento, de modo que a confidencialidade de suas respostas está assegurada.

Peço que, por gentileza, não rasure e não converse nem comente as questões ou suas respostas com outras pessoas enquanto preenche a pesquisa.

Agradeço sua colaboração e atenção.

Identificação

1. Idade: _____ anos
2. Qual a cor que você se declara:
NEGRO () ,PARDO(),BRANCO(),VERMELHO () OU AMARELO ()
3. Sexo: () masculino () feminino
4. Período: () manhã () noite
5. Você trabalha? () sim () não

Questionário de hábitos de uso da Internet

6. Você costuma acessar a Internet?
() Sim () Não
7. Em qual(is) local(is) você costuma acessar a Internet (marque uma ou mais opções, conforme seja o caso)?
() Em casa () No trabalho () Na escola () Em redes wi-fi
() Em lan house () Na casa de um amigo ou parente()

Outro(s):

8. Você acessa a Internet em dispositivos móveis (marque uma ou mais opções, conforme seja o caso)?

Celular Tablet Internet móvel banda larga Não uso.

9. Qual é a frequência com que você utiliza a Internet?

Sempre (todos os dias)

Com bastante frequência (em média, 5 vezes por semana)

Com frequência razoável (em média, 3 vezes por semana)

Com pouca frequência (em média, 1 vez por semana)

Raramente (em média, 1 vez por mês)

10. Em geral, quantas vezes por dia você acessa a Internet?

1 2 3 4 5 mais de 5 vezes

11. Em geral, quanto tempo por dia você permanece conectado à Internet?

Até 1 hora De 1 a 3 horas De 3 a 5 horas Mais de 5 horas

12. O que você costuma fazer na Internet (marque uma ou mais opções, conforme seja o caso)?

Acessar redes sociais

Trocar emails

Participar de fóruns de discussão

Navegar pelos sites de seu interesse

Ler notícias

Pesquisas em sites de busca

Conversar com pessoas (troca de mensagens instantâneas)

Pesquisas acadêmicas

Assistir a vídeos ou ouvir músicas

Fazer downloads (séries, filmes, músicas, etc.)

Utilizar serviços bancários

Pesquisar produtos e preços

Fazer compras

consultar mapas

Participar de jogos on line.

Outro(s):

—

13. Quais tipos de sites te interessam mais, considerando o conteúdo (ao assinalar suas opções, indique a ordem de sua preferência – 1º, 2º, 3º, etc.).

redes sociais

notícias sobre política, atualidades

notícias sobre entretenimento (cinema, música, moda, esportes, etc.)

sites sobre Psicologia

jogos

sites de compras – que tipo de compras?

blogs – algum tema específico?

fóruns – algum tema específico?

ANEXOS F– Pauta do Atpc do dia 13 de novembro de 2018.

E.E. "AZARIAS LEITE"

ATPC

Pauta dia 13 de novembro de 2018

"Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso."

Chimamanda Addichie

Professora Coordenadora Pedagógica: Marli Fernandes de Oliveira
Diretora: Marlene Oliveira de Brito

TEMA: CONTANDO OUTRAS HISTÓRIAS DOS POVOS AFRICANOS NA ESCOLA.

OBJETIVOS:

- Atender aos preceitos das leis 10.639/03 e 11.645/08 que, entre outras determinações, prevê a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas africanas e indígenas em todas as áreas do currículo;
- Compreender a importância de criar situações pedagógicas que desenvolvam o sentimento de pertença ao ambiente escolar e respeito mútuo permeado pela educação das relações étnico-raciais.

ATIVIDADE 1 – Dinâmica

- REPRESENTATIVIDADE IMPORTA?
 - Dinâmica 3 grupos

ATIVIDADE 2 – 1. APRESENTAÇÃO DO PPT – Contando outras histórias dos povos africanos na escola.
2. O LEGADO ROUBADO: a verdadeira história dos povos africanos escravizados – Depoimento-Vídeo.

ATIVIDADE 3 - Recados Gerais e observações:

- Atividades com a temática: Consciência Negra:

-Festival do Minuto: Inscrições até 14/11/18, escolha do melhor vídeo no dia 19/11/18;

-Atentado Poético: dia 20/11/18;

-Apresentação dos alunos no pátio: na terceira aula do dia 22/11/18;

-SARESP- dias: 27/11(Matemática) e 28/11(Língua Portuguesa);

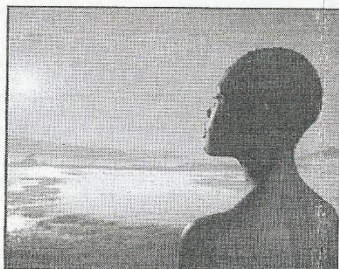
- Atestados: Victor Ribeiro (7C), 12 dias, a partir do dia 06/11;

Riandro (3B), 90 dias, a partir do dia 01/11/18;

-Reposição do dia 16/11- sexta – feira, acontecerá no dia: ___/12/18.(definição conjunta);

ANEXOS G– Pauta do Atpc do dia 13 de novembro de 2018.

Contando outras histórias dos povos africanos na escola.



"Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso."

Chimamanda Adichie

Fonte: Coletivo NEA ONNIM: Núcleo Independente de Estudos Interculturais Aplicados



Cartunista Cedraz - "Turma do Xaxado"

Pauta da reunião

"Nem a consciência da condição do negro, nem o engajamento em relação às lutas políticas contra a discriminação racial são suficientes para modificar a condição do negro, na medida em que os sentidos do racismo inscritos na psique permanecem não elaborados" (NOGUEIRA, 1998, p. 8).

1. REPRESENTATIVIDADE IMPORTA?

- Dinâmica 3 grupos

2. APRESENTAÇÃO DO PPT – Contando outras histórias dos povos africanos na escola.

3. O LEGADO ROUBADO: a verdadeira história dos povos africanos escravizados – Depoimento-Vídeo.

POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE AO RACISMO

Lei 10.639/2003

A Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino pública e particular a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira".

O passado que não foi contado: está na história, não na escola.

Transcorrido mais de um século desde a abolição da escravização, o negro está na escola, mas não se vê retratado nela. Sua história e a de seus antepassados estão centradas no olhar do branco dominador (Barros, 2005). No processo educacional a África, o africano e seus descendentes ainda aparecem na história do Brasil apenas na perspectiva da escravização, da história do sofrimento e da desgraça.

Evidências:

- A agricultura africana, no vale do rio Nilo, desenvolveu-se cerca de 13 mil anos atrás.
- A África também legou à humanidade a escrita, a partir do Saara e do Sudão. Os sistemas de escrita dos Akan e dos Manding originaram a escrita egípcia e meroítica.

- PEDRA ROSETA (1787)- Comprovou-se que quase todo o conhecimento científico, religioso e filosófico da Grécia antiga teve origem no Egito (África). Elisa Nascimento (1996) informa que Sócrates, Platão, Tales de Mileto, Anaxágoras e Aristóteles estudaram com sábios africanos.

- Cerca de 20000 a.C. – o objeto matemático mais antigo é o bastão de Ishango – osso com registro de dois sistemas de numeração. Encontrado no Congo em 1950 é 18 mil anos mais antigo que a matemática grega.

- 3000 a.C. – O médico Imhotep é o verdadeiro pai da medicina: ele viveu 25 séculos antes de Hipócrates e já aplicava no Egito conhecimentos de fisiologia, de anatomia, e drogas curativas em seus pacientes

- 2000 a.C. - O povo Haya (região da atual Tanzânia) produzia aço a 400 graus Celsius – temperatura superior a fornos europeus no século 19. Uma faca datada de 900 a.C., feita no Egito, é o objeto de ferro mais antigo

- 1650 a.C. - O papiro de Rhind (Documento egípcio de 1650 a.C. – conhecimentos da matemática egípcia) indica que os egípcios sabiam o valor da constante geométrica pi muito antes de Arquimedes (250 a.C.) e as propriedades do triângulo retângulo antes de Pitágoras (século 6 a.C.)

- Século XII - Muros de pedra de 10 metros de altura foram erguidos na região do Zimbábue. As ruínas revelam saberes avançados dos povos subsaarianos em construção civil.

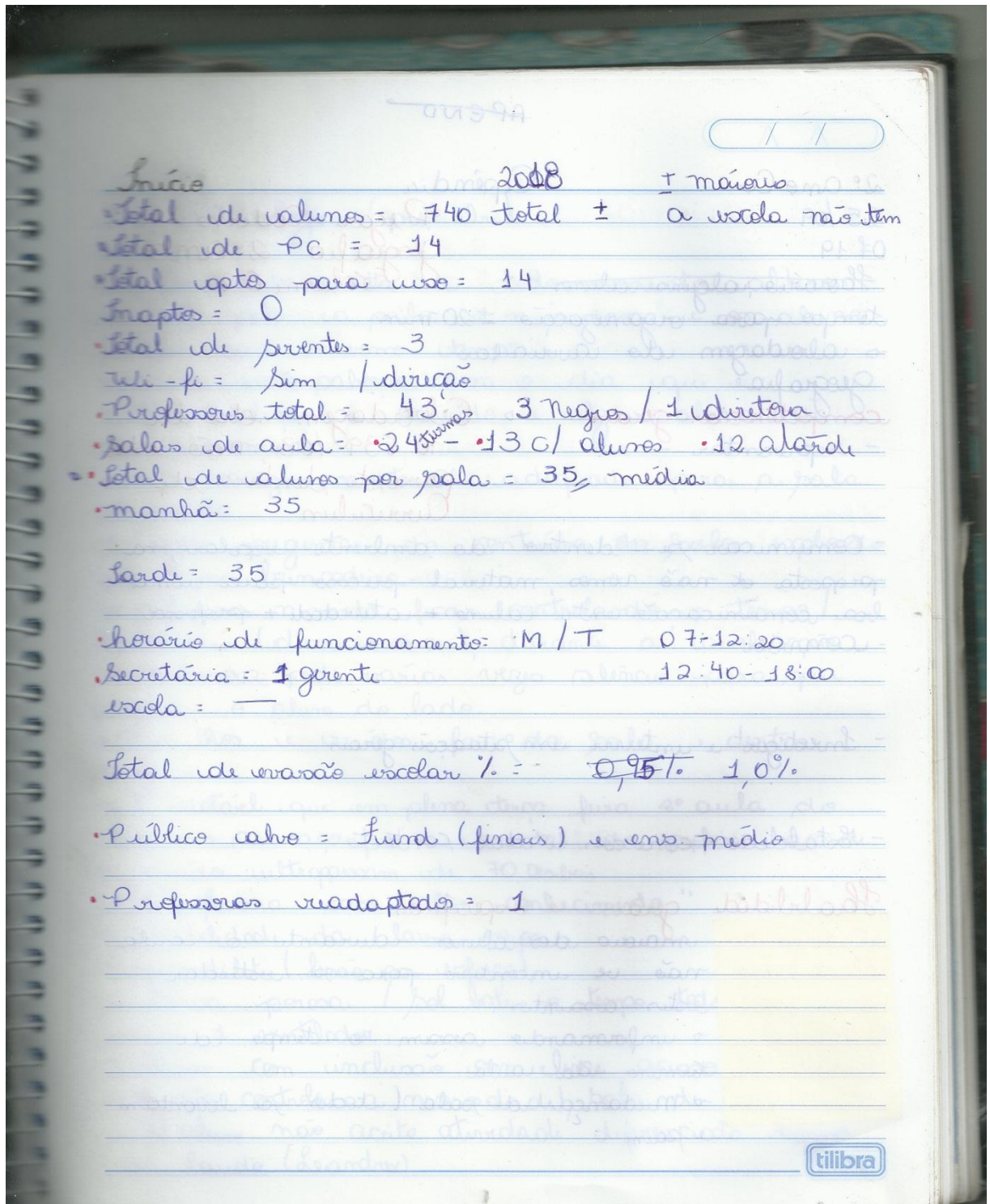
- Século 12 - Império Mali. As cidades de Tumbuctu, Gao e Djene eram importantes centros universitários e culturais. O povo Dogon, que habitava a região, registrou em monumentos as luas de Júpiter, os anéis de Saturno e a estrutura espiral da Via-Láctea – observações feitas somente a partir do século XVII na Europa.

- Registros de diferentes épocas e diversos povos africanos com domínio de técnicas e conhecimentos nas mais diversas áreas da atividade humana: agricultura (irrigação em canais) (Império de Songai – séculos XIV e XV) ; olaria; metalurgia do bronze; tecelagem; serralheria (Reino de Iorubá – século XI); técnica de mineração (Império de Gana – séculos IV e XI) (Conhecimentos trazidos para o Brasil)

- Em 1879 - O médico inglês R. W. Felkin aprendeu com os Banyoro (Uganda) técnicas da cesariana. O procedimento já envolvia assepsia, anestesia e cauterização do corte, que era vertical.

(Fontes: Edição especial nº 11 Etnomatemática ; Scientif American; Site Mathematics of the African Diaspora; Para entender o negro no Brasil de hoje, Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, Ed. Global.)

ANEXOS H- Caderno de campo utilizado na pesquisa



APEND

2º Ano C

Apêndia

25/09

07:19

Horários, alguns valores

Pegar Caderno de Geografia 2º Ano Volume 02

tempo para organização ± 20 min

→ abordagem do currículo Geografia

competências gerais

Abordagem da Lei 10.639/03, não está presente dentro do Currículo

- representar
- Comunicar-se - dentro do ambiente escolar, na proposta e não vemos, material preciso para uma boa comunicação entre alunos + interação + professor
- Convenir
- Investigar e intervir em situações gerais
- Estabelecer conexões e dar contexto

Habilidades gerais e específicas

* Caderno do volume 2º ano cabada as questões da lei 10.639/03. Profº nada apto

início dos volumes durante a aula não se incentiva para se estudar estes assuntos. → informando assim o tempo de término da aula. → Mudança de sala (todos se levantam e saem.



25/09

2º A Biologia (prof. Dr. L.)
Of. 56

→ Professora necessita a todo momento alterar a voz, pois a sala é numerosa e os alunos falam ao mesmo tempo.

→ muitos não sabem nem o dia que é

→ Ela explique o conteúdo e alguns alunos não dão importância.

→ não trazem material adequado para a sala de aula.

→ Fazem perguntas de conteúdo ~~da sala~~ explicadas por mera brincadeira.

→ professora necessita ficar controlando o tempo / brincadeira (desnecessárias), durante a avaliação.

→ professora pede várias vezes atenção para que respeitem o aluno de lado.

→ Barulhos e ruídos fora da sala e dentro também.

* É notável que em plena terça-feira a aula do dia um cansaço físico e mental do professor sendo os ruídos ultrapassam de 70 decibéis.

→ "Professora com alto conhecimento"

→ visibilidade da lousa para

→ epicondilitis (lesão por esforço),

→ lousa pesada / Sol bate o tempo todo em sala somente 1 ventilador.

→ Alunos com inclusão com livre acesso (e mesmo não sabe controlar a necessidade), sala de recurso.

→ O aluno não aceita atitudes diferenciadas mesmo com laudo (Leandro).

tiilbra

3.º ano A → 13/11 "domingo 297A"

3 alunos negros 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 61; 62; 63; 64; 65; 66; 67; 68; 69; 70; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 77; 78; 79; 80; 81; 82; 83; 84; 85; 86; 87; 88; 89; 90; 91; 92; 93; 94; 95; 96; 97; 98; 99; 100; 101; 102; 103; 104; 105; 106; 107; 108; 109; 110; 111; 112; 113; 114; 115; 116; 117; 118; 119; 120; 121; 122; 123; 124; 125; 126; 127; 128; 129; 130; 131; 132; 133; 134; 135; 136; 137; 138; 139; 140; 141; 142; 143; 144; 145; 146; 147; 148; 149; 150; 151; 152; 153; 154; 155; 156; 157; 158; 159; 160; 161; 162; 163; 164; 165; 166; 167; 168; 169; 170; 171; 172; 173; 174; 175; 176; 177; 178; 179; 180; 181; 182; 183; 184; 185; 186; 187; 188; 189; 190; 191; 192; 193; 194; 195; 196; 197; 198; 199; 200; 201; 202; 203; 204; 205; 206; 207; 208; 209; 210; 211; 212; 213; 214; 215; 216; 217; 218; 219; 220; 221; 222; 223; 224; 225; 226; 227; 228; 229; 230; 231; 232; 233; 234; 235; 236; 237; 238; 239; 240; 241; 242; 243; 244; 245; 246; 247; 248; 249; 250; 251; 252; 253; 254; 255; 256; 257; 258; 259; 260; 261; 262; 263; 264; 265; 266; 267; 268; 269; 270; 271; 272; 273; 274; 275; 276; 277; 278; 279; 280; 281; 282; 283; 284; 285; 286; 287; 288; 289; 290; 291; 292; 293; 294; 295; 296; 297; 298; 299; 300; 301; 302; 303; 304; 305; 306; 307; 308; 309; 310; 311; 312; 313; 314; 315; 316; 317; 318; 319; 320; 321; 322; 323; 324; 325; 326; 327; 328; 329; 330; 331; 332; 333; 334; 335; 336; 337; 338; 339; 340; 341; 342; 343; 344; 345; 346; 347; 348; 349; 350; 351; 352; 353; 354; 355; 356; 357; 358; 359; 360; 361; 362; 363; 364; 365; 366; 367; 368; 369; 370; 371; 372; 373; 374; 375; 376; 377; 378; 379; 380; 381; 382; 383; 384; 385; 386; 387; 388; 389; 390; 391; 392; 393; 394; 395; 396; 397; 398; 399; 400; 401; 402; 403; 404; 405; 406; 407; 408; 409; 410; 411; 412; 413; 414; 415; 416; 417; 418; 419; 420; 421; 422; 423; 424; 425; 426; 427; 428; 429; 430; 431; 432; 433; 434; 435; 436; 437; 438; 439; 440; 441; 442; 443; 444; 445; 446; 447; 448; 449; 450; 451; 452; 453; 454; 455; 456; 457; 458; 459; 460; 461; 462; 463; 464; 465; 466; 467; 468; 469; 470; 471; 472; 473; 474; 475; 476; 477; 478; 479; 480; 481; 482; 483; 484; 485; 486; 487; 488; 489; 490; 491; 492; 493; 494; 495; 496; 497; 498; 499; 500; 501; 502; 503; 504; 505; 506; 507; 508; 509; 510; 511; 512; 513; 514; 515; 516; 517; 518; 519; 520; 521; 522; 523; 524; 525; 526; 527; 528; 529; 530; 531; 532; 533; 534; 535; 536; 537; 538; 539; 540; 541; 542; 543; 544; 545; 546; 547; 548; 549; 550; 551; 552; 553; 554; 555; 556; 557; 558; 559; 560; 561; 562; 563; 564; 565; 566; 567; 568; 569; 570; 571; 572; 573; 574; 575; 576; 577; 578; 579; 580; 581; 582; 583; 584; 585; 586; 587; 588; 589; 590; 591; 592; 593; 594; 595; 596; 597; 598; 599; 600; 601; 602; 603; 604; 605; 606; 607; 608; 609; 610; 611; 612; 613; 614; 615; 616; 617; 618; 619; 620; 621; 622; 623; 624; 625; 626; 627; 628; 629; 630; 631; 632; 633; 634; 635; 636; 637; 638; 639; 640; 641; 642; 643; 644; 645; 646; 647; 648; 649; 650; 651; 652; 653; 654; 655; 656; 657; 658; 659; 660; 661; 662; 663; 664; 665; 666; 667; 668; 669; 670; 671; 672; 673; 674; 675; 676; 677; 678; 679; 680; 681; 682; 683; 684; 685; 686; 687; 688; 689; 690; 691; 692; 693; 694; 695; 696; 697; 698; 699; 700; 701; 702; 703; 704; 705; 706; 707; 708; 709; 710; 711; 712; 713; 714; 715; 716; 717; 718; 719; 720; 721; 722; 723; 724; 725; 726; 727; 728; 729; 730; 731; 732; 733; 734; 735; 736; 737; 738; 739; 740; 741; 742; 743; 744; 745; 746; 747; 748; 749; 750; 751; 752; 753; 754; 755; 756; 757; 758; 759; 760; 761; 762; 763; 764; 765; 766; 767; 768; 769; 770; 771; 772; 773; 774; 775; 776; 777; 778; 779; 780; 781; 782; 783; 784; 785; 786; 787; 788; 789; 790; 791; 792; 793; 794; 795; 796; 797; 798; 799; 800; 801; 802; 803; 804; 805; 806; 807; 808; 809; 810; 811; 812; 813; 814; 815; 816; 817; 818; 819; 820; 821; 822; 823; 824; 825; 826; 827; 828; 829; 830; 831; 832; 833; 834; 835; 836; 837; 838; 839; 840; 841; 842; 843; 844; 845; 846; 847; 848; 849; 850; 851; 852; 853; 854; 855; 856; 857; 858; 859; 860; 861; 862; 863; 864; 865; 866; 867; 868; 869; 870; 871; 872; 873; 874; 875; 876; 877; 878; 879; 880; 881; 882; 883; 884; 885; 886; 887; 888; 889; 890; 891; 892; 893; 894; 895; 896; 897; 898; 899; 900; 901; 902; 903; 904; 905; 906; 907; 908; 909; 910; 911; 912; 913; 914; 915; 916; 917; 918; 919; 920; 921; 922; 923; 924; 925; 926; 927; 928; 929; 930; 931; 932; 933; 934; 935; 936; 937; 938; 939; 940; 941; 942; 943; 944; 945; 946; 947; 948; 949; 950; 951; 952; 953; 954; 955; 956; 957; 958; 959; 960; 961; 962; 963; 964; 965; 966; 967; 968; 969; 970; 971; 972; 973; 974; 975; 976; 977; 978; 979; 980; 981; 982; 983; 984; 985; 986; 987; 988; 989; 990; 991; 992; 993; 994; 995; 996; 997; 998; 999; 1000.

Ambiente da sala: pouca ventilação, cortinas, aprofundamento na desigualdade social existente, principalmente em relação ao carácter ideológico.

- hostilidade pelo aspecto de relação de masculino para o feminino.

Situação 1.

A aluna Jéssica (como já chamado) agarra a mochila para o aluno Pedro (também nome fictício); o aluno em questão atira a mochila em direção ao rosto da aluna com muito brutalidade, deixando a mesma desconforto a mesma.

Professora com domínio foto no alula.

APÊNDICES

Transcrição A

Bauru, 04 de dezembro de 2018.

Professora Dirá

Sabendo que o público maior nessa unidade escolar são de crianças pretas e pardas como é a trabalhada a lei 10.639 neste cenário?

- Eu cheguei em agosto e quando cheguei fui informada pela coordenação que a escola trabalhou no primeiro semestre, uma semana dedicada ao tema, pois entendiam que não deveriam trabalhar apenas em novembro. Eu achei extremamente positivo, porque normalmente as escolas ignoram a temática ou trabalham em situações pontuais em novembro, mas observei que apenas deslocaram a data da comemoração e ficaram restritos a abordagem da dimensão cultural.

Se percebe a dificuldade da escola de inserção da temática na dimensão curricular com a participação do negro na produção do conhecimento.

Então nesse aspecto é que trava o trabalho na escola, as pessoas apresentam sim uma intenção, a maior parte da escola se envolve para trabalhar a temática, mas eles ficam na dimensão cultural, que é importante trabalhar a questão da estética, contudo quando vai para o currículo está ausente a produção do conhecimento, tão ausente quanto qualquer outra escola, como qualquer outra situação. Então como agir nesse ambiente? Eu percebo que o investimento que precisa ser feita é na formação. Há uma disposição da gestão em trabalhar a formação, pois é preciso sair da dimensão apenas lúdica, como diz a Conceição Evaristo “A nossa origem não tem apenas uma dimensão lúdica”, portanto é preciso trazer a informação nesses espaços de ATPC, de modo que oriente os colegas que estão em sala de aula. Como inserir o conteúdo na perspectiva da produção de conhecimento. Porque percebi isso, pois com o a data se aproximando fomos fazendo algumas intervenções os professores que tinham trabalhado em sala em agosto foram trazendo os trabalhos para a exposição e também partiu da direção e coordenação algumas intervenções e exposições que não foram abordadas no momento anterior. Então apresentamos outras formas de trabalhar a temática e isso causou um certo

desconforto em alguns profissionais, que são professores que estudam, mas por não terem um conhecimento específico questionaram o desenvolvimento do trabalho. Percebo que tem pessoas que quer saber, quer se informar para que possa incluir isso dentro do seu currículo e tem outras que acham que a abordagem deve apenas ser feita apenas na dimensão cultural e fazem objeção em outros tipos de abordagem, então todos precisam trabalhar; as pessoas que têm conhecimento, as que têm disposição e as que não têm conhecimento e os que se colocam em posição contrária, todos precisam trabalhar a temática mais específica e não vejo como professora e educadora que ocupa um cargo de gestão outra forma de incluir a temática se não pela via de formação. Para que elas compreendam que não é porque alguém quer, não é só uma questão moral e sim uma dimensão ética, então é preciso compreender que tem que garantir igualdade no tratamento da questão, pois é a história da maior parte dos estudantes que a escola pública atende. A compreensão tem que ser nesse nível é um trabalho a longo prazo, porque senão vamos continuar caindo na mesma situação; eventos pontuais, situações pontuais, tratando apenas das manifestações culturais, é importante? Cria uma identificação? Os estudantes se mobilizam? Sim, mas não é apenas isso que precisa ser feito. Percebo que há uma mobilização, os estudantes por exemplo conforme foram vendo a exposição sobre as mulheres negras, foram lendo algumas informações da exposição do conhecimento científico dos povos africanos, eles próprios foram criando situações para apresentar na semana da consciência negra. Eles se mobilizaram e alguns vieram cobrar o porquê de alguns professores não abordaram o tema, como eles trabalharam no início do ano pensaram que não precisariam mais se preocupar, então os alunos questionaram e se mobilizaram para o evento da semana da consciência negra.

Tivemos intervenções com poemas, flash mob, partindo de sugestões dos alunos e de alguns professores, que foram uma minoria. Percebo que o investimento precisa ser sim na formação e na dimensão epistemológica ir além dessa primeira identificação estética e cultural, que cria uma identificação com os estudantes, mas o trabalho significativo e necessário para a desconstrução é no currículo de cada disciplina em sala de aula. Já convidei um duas professoras para formamos um grupo de estudos com a intenção de montar material didático, uma sequência didática de cada área e de cada série. Para que possamos apresentar durante o ano

letivo, como é trabalhar na área de ciências por exemplo, garantido tanto a inserção da história e cultura africana como a inserção da história e cultura indígena também. Nossa ideia é que esse grupo se amplie para que possamos oferecer apoio, inclusive para aquele profissional que é resistente. Eu acredito que ainda há resistência por conta da ignorância no sentido de ignorar a existência da lei, de ignorar informações importantes da participação da população negra produção de conhecimento desde dos nossos ancestrais e das pessoas que contribuíram com a luta antirracista e da cultura afro-brasileira. Então ignorar tudo isso para mim ainda vendo como são essas pessoas têm que deviam ter o compromisso com a educação , não vejo só na perspectiva “ racista” digamos assim, também na perspectiva da ignorância. Depois desse trabalho se ainda há resistência e entendemos que outras questões rondam, mas a minha posição assumindo agora a direção é investir na formação. Iniciei as primeiras provocações e no próximo ano desde o primeiro planejamento já irei investir na formação e ampliar o grupo de estudos, de inserir estudantes no grupo de estudos, que é independente. Queremos fazer reuniões periódicas e já convidamos uma professora de história que irá ilustrar e apresentar isso no planejamento. Porque as pessoas vendo possibilidades e não tratar em somente em situações pontuais começa fazer com que o grupo tenha atitudes e planeje a abordagem além da data comemorativa. Alguns professores conforme vamos abordando nas ATPC's fazem a intervenção de alguns pontos. Então nos apoiamos nesse grupo para que haja a possibilidade de mudança das mentalidades, portanto não há outra forma de inserir a lei de não for pela formação ampla, ela precisa ser continua e às vezes evidenciar o como fazer e o que fazer.”

O currículo do estado possibilita a inserção da lei? Principalmente no material didático? Qual a sua visão da inserção da lei no currículo do estado?

_ Eu não vejo uma disposição dessa organização, do currículo do estado em trabalhar a lei , inclusive em 2008 quando começa a organização do Currículo Oficial do Estado e é quando as escolas começam a receber o caderninho e também quando os professores tem a sua pratica de planejar aulas retirada do seu oficio, porque a aula vem pronta. Não há uma disposição em cumprir a lei , se pegarmos o

material de 2008 eles colocam isso de forma escrita, currículo que começa a ser elaborado a partir dos anos finais do fundamental e médio e somente depois trabalha com os anos iniciais, diz assim: “ optamos por fazer nenhuma alteração no currículo feito após os pcns elaborados em 1998.” Eu não vejo disposição, pois o currículo do Estado de São Paulo é um projeto político, ele é formatado para um tipo de cidadão, um tipo de sociedade , ele é pensando e organizado para isso. O Maicon Apple faz essa análise na década de 1980 e faz no contexto dos Estados Unidos e nós vemos isso muito claramente dentro do currículo que foi formado no estado de São Paulo. As habilidades e competências que foram desenvolvidas para o currículo estão muito relacionadas à dimensão procedimental, isto é formar estudantes que saibam executar tarefas e saibam se adaptar e ser semiquilificados ou minimamente qualificados para o mercado de trabalho. Então se é um currículo para formar o cidadão para o mercado de trabalho e o mercado exige certos padrões e de formação de sociedade, então não há um interesse em tratar da diversidade e não é só o negro que está fora , é a questão indígena, a questão da mulher e questões ligadas aos temas de gênero, além da luta dos trabalhadores. Um currículo formado para adaptar as pessoas às questões capitalistas não tem intenção de tratar formações de identidade ou até mesmo o combater o racismo porque preciso de pessoas com certas características e com certas perspectivas para exercerem certas funções. Há um lugar social determinado para o negro e quem também contribui para manter o negro nesse lugar destinado a ele é a escola, é a escola pública e é onde está a maior parte dos estudantes pretos e pretas. É na escola pública que é o lugar de formação e um currículo com essa característica e com esse objetivo não tem disposição nenhuma de tratar a diversidade. Nós como educadores podemos assumir esse compromisso ético e cobrar do Estado , pois se ele determina e retira do professor aquilo que é do ofício dele, que é planejar sua aula, desenvolver , produzir e contribuir para produção de conhecimento ele precisa da garantia da formação , da garantia no material didático para que a temática seja tratada e isso precisa partir dos professores. Com as mudanças atuais no currículo e por conta da BNCC existe um movimento de formação do novo currículo e os professores estão sendo chamados para participarem dessa formação. O professor que já tem essa compreensão já está inserindo e dando sugestões nesse sentido, então o que vem a partir disto; essa época passamos pela maioria das escolas e

talvez não percebemos um movimento grande ou uma inserção grande ,mas acho que é o momento agora de observar e se não houver uma mudança significativa temos que manifestar, pois se não brigarmos para contar nossa história ninguém irá contar. Devemos nos organizar como sociedade, como pessoas que também participam do sistema, como funcionários e servidores e educadores assumir o compromisso de cobrar inclusive que o estado dê condições porque o que está faltando é a formação, o estado não fornece essa formação específica. Estão descumprindo uma lei, inclusive é preciso haver uma denúncia. Não vejo essa disposição, agora independente disso nós precisamos fazer movimentos, nós que somos educadores e que estamos na escola precisamos sim, doa a quem doer, fazer movimentos para que mais e mais professores compreendam essa dinâmica e comecem a produzir aulas e sequências didáticas incluindo a temática afro-brasileira. O movimento que penso em fazer na escola é nesse sentido apoiar esse tipo de trabalho, a inserção ao longo do ano dentro dos conteúdos, olhar para o currículo e a partir daí inserir nessa dimensão de cada área de conhecimento em que possa ser contemplado. É um trabalho de formiguinha, pois encontramos muita resistência do corpo docente. Como o material está pronto é preciso reconquistar ou trabalhar a questão da autoestima dos professores, pois se um cirurgião é formado para a função e só ele pode atender certa demanda ou fazer uma cirurgia , então só um professor pode planejar sua aula ou desenvolver. É de sua responsabilidade, portanto é necessário elaborar formações conjuntas, inclusive para isso. O currículo pode ser só um apoio e o professor precisa ter essa visão que ele também pode produzir conhecimento, ser um intelectual, ajudar a contribuir juntamente com os estudantes e com o compromisso ético inserir o que o currículo negligência. Não é uma tarefa fácil, pois tudo está muito facilitado para o professor em termos de planejamento de aulas. Então trabalhamos com um grupo que já tem essa visão e aos poucos vamos trazendo os outros profissionais, nessa escola tem um grupo muito bom de professores, dispostos e preocupados, além de serem conscientes do trabalho que exercem. Devemos investir e caminhar para uma produção dos planos de ensino, nesses quatro meses que estou na escola foi de observação e provocação. Só terei uma noção maior no desenvolver do trabalho, como irá ser e inclusive situações tensas irão surgir, dificuldades, quem irá precisar de apoio e até mesmo quem não quer apoio.

Os professores estão preparados para abordar a lei com o auxílio da tecnologia? Os professores estão aptos a trabalhar com a temática?

-“Acho que a questão da tecnologia, principalmente trabalhando com a temática negra estão muito ligadas, então se a pessoa não sabe nem ao menos que há o conteúdo ela nem vai , por exemplo, utilizar recursos para pesquisar ou trazer formas diferentes de abordagem dentro da sala de aula, continuo falando da importância da formação. O que percebi como necessidade e elaborei um drive para trabalhar sequência de planejamento de uma temática, para começar a trabalhar com a questão da tecnologia e para que eu pudesse colocar em um único lugar links, pois até isso precisa ser facilitado, se você coloca para o professor que ele tem condição de trabalhar, por exemplo, na matemática, vamos pegar uma área difícil de inserir a temática nessa área , que é a de exatas. Existem pesquisas riquíssimas na USP por exemplo que trabalham noções de conteúdos da matemática ligados a princípios de jogos africanos, tem um pesquisador que tem um site chamado matemáfrica, com planos de aulas que ele disponibiliza para estudantes e professores. O que eu fiz para trabalharmos ano que vem, reunir todos esses links e separar por área numa plataforma, que chamam de plataforma,mas na verdade é um recurso do google drive.

Com uma sequência de planejamento que utilize esses links e também fazendo com que os professores tenham acesso a esse tipo de pesquisa. Para incluir essas pesquisas no seu planejamento. Coloquei no mesmo lugar, pois posso trabalhar nas ATPCs para o professor entender que pode usar esses recursos, como não temos ainda produção em grande quantidade para que o professor utilize em seus planejamentos reuni os links para que ele possa pesquisar e utilizar em suas aulas, inclusive junto com os estudantes. Porque é uma ferramenta facilitadora e o que o professor irá planejar, na semana de planejamento, temos três semanas de planejamento irá para o meu arquivo e terei acesso para fazer um acompanhamento e sugerir alternativas com o objetivo de trazer mais mobilidade, usar os recursos tecnológicos para pesquisa e para o planejamento de aulas e também para que a direção e coordenação possa orientar o professor. Vamos tentar inserir esse projeto o ano que vem , o professor precisa dominar esses recursos para trazer informações

além das que já temos acesso, além dessa dimensão estética e cultural, que é o que está visível e comum e também que tem mais aceitabilidade e quando você vai para a dimensão da produção do conhecimento o cenário se transforma. Como ainda não temos um material impresso em grande quantidade vamos ter que utilizar os recursos da internet para realizar esse tipo de trabalho.

A associação com a tecnologia e o preparo pretendemos fazer concomitantemente com os planos de aula , pois é nessa ferramenta que desenvolvi que os professores irão escrever os planos de aula, o plano de ensino e as aulas e fazer juntos, planejar as aulas nas ATPC's, pois tem professor aqui que trabalha três períodos e se você lança esse desafio provavelmente esse professor não terá tempo para pesquisar em sua casa. Queremos organizar dinâmicas para que ele tenha formação e também espaço para planejar aula porque se ele consegue fazer o planejamento e levar para a sala isso aos poucos vai ficando natural.

E os links que disponibilizei para pesquisa fui separando por área como; a matemática, ciências, sociologia, história, geografia são links que trabalham tanto a questão africana quanto a questão indígena.

Qual o contato que a comunidade tem com a cultura afro-brasileira e qual o estranhamento que isso causa nela?

_ “ Eu tive uma grata surpresa, pois estamos em um período muito tenso para tratar dessas questões na verdade mais tenso, pois sempre foi e nós entramos em um período e numa era absurda em que todos os preconceitos saíram do armário e que toda questão que já tinha uma resistência agora são atacadas e quando eu cheguei na escola e com algumas propostas para trabalhar a questão ainda este ano, para fomentar a discussão e especialmente nas questões ligadas ao grafite organizei para que acontecesse na Semana da Consciência Negra.

Esperei reação, esperei mesmo porque sabia que viria, estranharia se não viesse, pois quem tem esse perfil de trabalhar a questão africana e não esperar nenhuma reação é porque está trabalhando errado. Esperei dos estudantes , pois não fiz um levantamento de quantos alunos estão ligados à religião protestante e é a religião que mais resiste na discussão dessa temática, mas eu sabia que seria uma grande

quantidade que reagiriam , no entanto fiquei espantada pois não houve essa reação o que temos é um comentário ou outro em especialmente ligados ao grafite , pois já causaria um impacto o grafite dentro da sala de aula, ocupando uma parede inteira , já imaginava que causaria , inclusive de professores.

A orientação para os parceiros grafiteiros, que maravilhosamente desenvolveram esse projeto era que tratassem de temas ligados às questões de gênero, raciais, questões que gerassem debates e eles fizeram isso de forma brilhante. Temos muitos painéis com temas da questão indígena e da questão africana. Eu fiz um compartilhamento nas redes sociais de todos os painéis, eu nunca vi uma postagem ter tanto compartilhamento quanto essa e com resultados extremamente positivos. Duas mães entraram em contato pedindo para conhecer os grafites e também ver a exposição da Semana da Consciência Negra , mães da comunidade escolar, que falaram pessoalmente o quanto estavam encantadas com o grafite e que se sentiram representadas no ambiente escolar. As reações contrárias estão acontecendo de uma forma pequena e com pouca força diferente do que eu esperava. Isso prova que há uma disposição sim de parte da comunidade que esses temas sejam trabalhados , penso que conseguiremos combater o preconceito religioso quando eles perceberem que ninguém vai tratar da questão da religião na perspectiva de doutrinação, mas sim na perspectiva histórica , da existência, assim como todas as outras podem ser tratadas na perspectiva histórica. Trazer os pais para observarem, como estamos no final do ano levei para os professores a sugestão que abram para os pais para eles terem contato com o que é trabalhado na escola. Iremos ampliar essa exposição, que se tornaram exposições permanentes e as outras que são móveis.

Duas professoras por exemplo; já trabalham os grafites em sala de aula, especificamente os que abordam a questão indígena, mudaram a disposição das salas de aula pela primeira vez as carteiras não estavam voltadas para a lousa e sim para o grafite. É algo que irá inflamar sim, mas nesse momento, que é o mais tenso e que eu já esperava uma reação e aguardava pronta para receber todo o tipo de tratamento negativo e não houve tal reação. A reação mais significativa veio de um professor , que tem como pano de fundo sim a questão racial, eu não vou fechar os olhos para isso, mas não é com discurso que combatemos o racismo é com formação e mesmo quando vier da comunidade , pois sem que nem tudo são flores,

nem sempre teremos uma reação positiva precisamos estar preparados , pois as pessoas precisam ser formadas, a escola se quiser um apoio maior precisa se comprometer com a formação de quem não está na dentro da escola todos os dias. Tem que ter disposição para desenvolver um trabalho nesse sentido, já fiquei contente com essas reações porque esperava outras.”

Existe todo um baseamento histórico das religiões cristãs na formação do Brasil. São temas pontuais, mas não podemos usar essa pontualidade nas religiões africanas, há um estranhamento nessa área?

_ “Sim, o que mais causa estranhamento é a questão da religiosidade. Aqui, como nós não tratamos diretamente dentro desse espaço que estamos começando com essas provocações, já causou uma reação com professores, imagine quando formos tratar porque existe um preconceito com a temática, a questão religiosa é que provoca maior reação. Nessa escola ainda não, pois não chegamos nesse ponto, agora essa semana inclusive um amigo que tem um grupo de Maracatu ele foi fazer uma apresentação em uma escola e por fazer uma apresentação gerou uma série de ligações para a diretoria de ensino dizendo que o Maracatu estava transformando o espaço em um sessão de atividade de religião de matriz africana. Então é uma situação complicada, que gerou comentários preconceituosos e racista. Qualquer escola quando trata da religiosidade africana tem sempre enfrentamento da sociedade. É delicado, especialmente agora com a BNCC que tem a questão do ensino religioso, então garantir que todas sejam trabalhadas com essa perspectiva e com igual tratamento na fundamentação histórica e conhecimento para desmitificar será um trabalho de formiguinha. E muitos enfrentamentos irão surgir porque se uma apresentação cultural provoca uma reação dessa, aliás dentro da escola contrárias a temática é porque diretamente eles associam isso a questão da religião. Eu quero chegar a um patamar de uma escola em São Paulo, que todas as crianças se vestem como orixás e dançam com um narrador tratando ou falando a qual fenômeno da natureza cada orixá está ligado. Mas tem todo um trabalho antes, da conscientização, a compreensão e acho que precisamos colocar a comunidade junto. Então se a formação for primeiro com os professores, se ela for adequada, se

ela conseguir atingir os objetivos para que os estudantes também entendam essas reações serão amenizadas, não serão tão absurdas.

É um ponto muito delicado e vejo que de toda a temática é o ponto mais delicado e é preciso ter muito tato para trabalhar isso no ambiente escolar.”

No atual momento político teremos mais dificuldade de inserção da lei 10.639?

— “ sim, porque quem já se colocava contra ou ignora a lei tem todo um corpo político e toda uma representação vão se posicionar, eu temo até que aja intervenção no sentido de barrar e impedir, já não há uma base sólida quando a lei foi proclamada já tiraram o artigo que se referia a formação , para que órgão garantissem a formação e com esse tipo de visão medonha do alto escalão da política pode haver uma disposição para barrar. As pessoas já não se sentem obrigadas a cumprir a lei, então há uma disposição de não tratar dessas temáticas que a educação tenha mesmo esse viés apenas de formação escolar. Isso já vem acontecendo desde a base curricular comum que está sendo proposta você percebe em cada item e em cada área, porque nós fomos fazer análise eles pediram uma falsa contribuição como se fossem levar em conta já percebe um esvaziamento político. Não há nenhuma discussão pois já é um currículo adaptado para isso, para esse tipo de sociedade, a mesma equipe que montou o currículo do estado de São Paulo está na equipe da base nacional curricular comum. Se eles já tinham esse viés aqui agora está no nível federal e quem já não tinha uma disposição não irá se sentir obrigado a cumprir ou buscar as determinações. Então temo que coisas piores possam vir acontecer, por exemplo de ter leis aprovadas para se ter um policiamento absurdo no que se tratar da história da maior parte da população brasileira, ser considerado um posicionamento político partidário. Inclusive uma professora já veio me procurar para formamos um grupo de estudo para que possamos nos preparar como em termos de escola de como enfrentar o que vem por ai. Queremos produzir um currículo alternativo, então independente disso temos que usar da liberdade para que possamos ter independente de lei o compromisso ético de garantir a história dessas pessoas ter sua própria história em pé de igualdade com as dos demais

povos que formaram o Brasil. Isso irá demandar muito esforço e disposição e enfrentamento. Porque esperar do poder público com essa formatação que temos, de pessoas com visão limitada sobre a história do povo brasileiro, de mentalidade tosca e não irão tratar a escola como um processo de formação identitária eles vão fazer de tudo para barrar esse tipo de política pública.”

Transcrição B

Bauru, dia 04 de dezembro de 2018

Professor:Afonso

Sabendo que o maior público são de crianças pretas e pardas como você trabalha a lei 10.639 nesse cenário?

_ “ Considerando que sou professor de língua portuguesa não tem nenhum material didático ou material de apoio que aborde de forma correta. E nas produções de texto é um dos únicos momentos que desenvolvemos melhor o assunto.”

O Currículo do Estado de São Paulo possibilita a inserção da lei no ambiente escolar através dos matérias didáticos?

_ “ O currículo não aborda diretamente em nenhum momento a lei , tanto que na própria elaboração dele houve uma recusa do Estado e há um recurso falando que o governo teria aberto mão disso.

Portanto o currículo não aborda, somente é abordado através do conhecimento do professor sobre o tema.”

Existe alguma possibilidade de trabalhar o tema da cultura afro-brasileira juntamente com a tecnologia no ambiente escolar e como o professor atuaria?

_ “ A vontade há de trabalhar o tema e também há possibilidade de trabalhar juntamente com o uso da tecnologia, na disciplina de língua portuguesa podemos

abordar a Literatura Africana de língua portuguesa e seu valor histórico. Que muitas vezes é negligenciado pelos países lusófonos.”

A comunidade tem aceitabilidade quando se aborda os temas afro-brasileiros? E quando surge estranhamento qual é o mais pontual?

“A comunidade escolar é bem ausente então não temos tanto estranhamento nesse sentido. Os maiores problemas que existem são quando abordamos temas que envolvem a religião de matriz africana. Há alguns casos que os pais não aceitaram esse tipo de abordagem.”

Referente à Diretoria de Ensino; existe algum curso de formação que auxilie o professor a trabalhar a lei juntamente com a tecnologia dentro do ambiente de ensino?

_ “Não, a diretoria de ensino é totalmente ausente nesse sentido, não há uma nenhuma abordagem e eles são totalmente displicente em relação a isso, algumas tentativas de projeto que já foram enviados e negados pela diretoria. Eles visualizam apenas os índices numéricos, agora sobre o tema há uma falha muito grande de parte da diretoria de ensino.

O atual momento político possibilitará a inserção da lei e o acesso do aluno?

_ “O cenário político é desastroso os professores estão sentido medo e há uma possibilidade real de ser aprovado o projeto da escola sem partido, o que vai em inúmeros momentos prejudicar . A mordaza será instaurada para os professores e com isso a aplicação de alguns conteúdos ficará complicado. A abordagem de visões diferentes está cada vez menor e a abordagem de temas que falam sobre as minorias estão sendo ignoradas. Há um pessimismo muito grande.”

Transcrição C

Bauru, dia 11 de dezembro de 2018.

Professora: Ana

Sabendo que o maior público da escola são os jovens pretos e pardos como é trabalhada a lei 10.639 nesse ambiente escolar?

_ “Olha, dentro da disciplina de matemática não temos o hábito de inserir a cultura afro dentro conteúdo da disciplina. De maneira geral a matemática não tem essa liberdade de expressão de fazer essas colocações a linguagem é mais formal, genérica, mas dentro do cotidiano escolar tentamos desenvolver a questão da aceitação do outro coo ele é, desenvolver a igualdade.”

Como o currículo do Estado de São Paulo possibilita a inserção da temática nos materiais didáticos?

_ “Bom no material didático de matemática não há nenhuma referência à cultura africana em nenhum momento mesmo. O que temos é a possibilidade de vídeos, mas em nenhum deles ressalta a cultura africana, mesmo quando abordamos a parte de razão, proporção mostra toda a concepção do conteúdo no Egito, mas não tem nenhuma referência.”

Existe alguma possibilidade de trabalhar a lei juntamente com os recursos tecnológicos?

_ “Não é tarefa simples... levar os alunos para a sala de informática é um grande desafio, eles ficam amontoados, o barulho aumenta e é difícil coordenar as atividades dentro da sala de informática com essa possibilidade de material que

temos. As poucas vezes que eu levei fiquei mais estressada do que na sala convencional porque exige um trabalho muito maior. Para fazer essa lei acontecer precisaríamos ter disponibilidade de material e formação do professor, pois também não recebemos essa formação na universidade e também no processo continuado da secretaria da educação, eu por exemplo, desconheço onde a origem africana, cultura africana influência na matemática. Em 23 anos de profissão tive apenas um momento de contato com o jogo da mandala, que eu soube que fazia parte da cultura negra, do resto não tenho acesso a nada.”

A comunidade tem aceitabilidade em relação ao ensino de conteúdo de matriz africana? Há um estranhamento?

_ “Eu acho que a comunidade aqui não é tão atuante, em reuniões de pais há pouca frequência, falta muito a interação escola -comunidade. Vamos esperar o próximo ano com uma nova direção a melhora desse quadro.”

BIBLIOGRAFIA

Disponível em: <<http://apeoesprp.blogspot.com/p/professores-temporarios.html>>.

Acessado em: 08.novembro.2018, às 17h11..

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 23 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. Pg. 14

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Constituição Brasileira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em 10/07/2018.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de março de 2008**, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em 10/-7/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – SEPIR. 2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana. Brasília: Inep.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Relações raciais no cotidiano escolar: implicações para a subjetividade e a afetividade**. In: BRANDÃO, Ana Paula. Saberes e Fazeres, v.1: modos de ver. (org.). Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. Pgs. 28, 48 e 84.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** ,17ª,ed. Rio de Janeiro ,Paz e Terra ,1987. Pg. 10

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, 26ª ed. Rio de Janeiro ,Paz e Terra, 2003. Pgs 23, 24.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000 Pg 123

FOCHI, Marcos Alexandre Bazeia. **Hip Hop brasileiro: Tribo urbana ou movimento social?** [online] Disponível em: http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom_17/fochi.pdf

GALEANO, Eduardo (2010). **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Pocket. 1971 V.12

GOBBI, Maria Cristina. **Manual para apresentação de trabalhos de conclusão de mestrado**: FAAC-UNESP, 2015. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/#67,135>
Acesso em 20/07/2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, Adeus professor? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Muitos Lugares para aprender /Centro de estudos e Pesquisas em Educação ,Cultura e ação comunitária –CENPEC-São Paulo ;CENPEC/Fundação Itaú Social/Unicef,2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001 Pgs. 12 a 26.

Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais**

e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Inep, 2005.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: Quem é e como vive**. Belo Horizonte. Editora UFMGF, 2011.

FUSARI, Maria Felisminda de Rezende. **Mídias e formação de professores: em busca de caminhos de pesquisa vinculada à docência**. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Novos enfoques da pesquisa Educacional, São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava Jato**. Ed.1ª Rio de Janeiro . Editora Leya, 2017. Pg. 60

Plano Diretor Participativo de Bauru. 2008 Disponível em:
<<http://hotsite.bauru.sp.gov.br/planodiretor/etapas.aspx?i=4>

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. **Afrodescendência: identidade conquistada**.

Ilustração PESTANA, Maurício; coordenação [da série] TONETO, Bernadete. 1. ed.
São Paulo: Salesiana, 2001.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. **Teorias antropológicas**. Ed 1ª. Curitiba. Editora IESDE Brasil S.A, 2008.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. **Exu, Ikin e Egan: Equivalências Universais no bosque das identidades afrodescendentes nagô e lucumi** –. 2000. 356 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina – Prolam) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. **Versos sagrados de Ifá: núcleo ordenador dos complexos religiosos de matriz ioruba nas Américas**. 2004. 313 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina – Prolam) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOUZA, Edileuza Penha; PINTO, Ana Flávia Magalhães.(orgs.) **O papel decisivo das pesquisas para o conhecimento dos valores ancestrais afrodescendentes.**

In: BRAGA, Maria Lúcia de Santana; Disponível em <https://www.geledes.org.br/a-inclusao-etnico-racial-na-era-da-informacao/>

Sistema de Educação Continuada a Distância, SECAD **Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola.** Ministério da Educação. Brasília; SECAD, 2006.

XAVIER, Patrícia Alves de Matos. **Africanidades Brasileiras na Produção De Conteúdo Educativo Para Televisão Digital: uma Contribuição para a Educação das Relações Étnico-Raciais.**2014.165.Dissertação de mestrado-Universidade Júlio de Mesquita Filho.Bauru.2014.

BRAGA, Maria Lucia de Santana; SOUZA, Edileuza Penha; **Educação forma e informal: o diálogo necessário em comunidades remanescentes de quilombos.**

IN: “Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola” (org.) – Brasília – Ministério da Educação – Secad 2006 Pg. 347

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**, Ministério da Educação, Brasília, 2ª ed. 2005.

DEMETERCO, Solange. **Sociologia da Educação**; IESDE – Curitiba. 2006 Pg.33

CORTELLA, Mário Sérgio. **Muitos Lugares para Aprender.** 1ªed. São Paulo. Educação e Participação, 2003

Portal de Professores de Educação Básica do Estado de São Paulo. Categorias dos Professores no Estado de São Paulo; Disponível em <https://www.pebsp.com/categorias-de-professores-no-estado-de-sao-paulo/>
Acessado em 28/12/2018.

GOMES, Irene, MARTINS, Mônica. **IBGE mostra as cores da desigualdade.**

Agência de Notícias do IBGE; 2018 Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade> Acessado em 20

de fevereiro às 14:00

ROMÃO, Jeruse; **História da educação do Negro e Outras Histórias**. Coleção Educação Para Todos. Pg.11 2005. Disponível em http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf Acessado em 20 de fevereiro às 14:00

Geledes – Instituto da Mulher Negra; **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**; Trama Design, 2013. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2013/05/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>

TRINDADE, Maria Luisa. **Ambiência: espaço físico e comportamento**; Artigos Temáticos, 2014, pg.604. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2014.13083>